

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 187

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Cesar Seleme.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademir Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4163

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 002/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 003/2001, que institui o Sistema de Assistência à saúde dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos e pensionistas e seus dependentes.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4164

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 661/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 057/2001, que dispõe sobre alíquotas do ICMS.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4188

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 164/2001, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4194

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 667/2001, que altera a Lei nº 13.331/2001, que dispõe sobre o Código de Saúde.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4195

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 630/2001, de autoria do Tribunal de Justiça, que visa criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4196

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 629/2001, de autoria do Tribunal de Justiça, que visa criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4202

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 345/2001 - que altera dispositivo na lei, extingue e cria cargos na estrutura do IAP.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4197

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 238/2001, item 19 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 4193

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias dos dias 10, 11, 12, e 13 de dezembro de 2001, para os projetos de lei e respectivas emendas, oriundas de mensagens governamentais e demais projetos de lei tramitando em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4192

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 369/2001, de sua autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Colônia de Pescadores Z-17, de Porto Ubá, com sede e foro no município de Lidianópolis, por ser objeto da Lei nº 11.670/97 que trata do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

REQUERIMENTO Nº 4185

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4175

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Geraldo Alves Caetano, falecido no dia 27 de novembro, no município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4172

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato dos agentes Fiscais da Receita Estadual do Paraná, pela posse da nova diretoria para o triênio 2002/2004, que tomará posse no dia 06.12.2001.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4173

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Nova Tebas - PR, alusivos aos seus 13 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 08 de dezembro.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

RREQUERIMENTO Nº 4174

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Imbaú - PR, alusivos aos seus 05 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 08 de dezembro.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4179

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de con-

gratulações à comunidade do município de Boa Esperança, pelas comemorações alusivas aos 37 anos de emancipação político-administrativa do município, em 14 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 4180

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Terra Boa, pelas comemorações alusivas aos 47 anos de emancipação político-administrativa do município, em 11 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 4181

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Peabirú, pelas comemorações alusivas aos 40 anos de emancipação político-administrativa do município, em 14 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 4182

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Juranda, pelas comemorações alusivas aos 20 anos de emancipação político-administrativa do município, em 16 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 4183

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Quinta do Sol, pelas comemorações alusivas aos 37 anos de emancipação político-administrativa do município, em 14 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 4187

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de louvor ao ministro da Saúde, José Serra; diretor

geral brasileiro da Itaipu, Euclides Scalco e secretário estadual da Saúde, Armando Raggio.

O Hospital Costa Cavalcanti, de Foz do Iguaçu deve tornar-se nos próximos meses, centro de referência médica naquela região. Essa conquista é prova inequívoca do empenho do ministro da Saúde, da diretoria da Itaipu, no lado brasileiro, e do secretário da Saúde do Paraná. Essas pessoas empenharam-se pessoalmente na aprovação dos projetos de modernização e de melhoria da infra-estrutura do hospital para que aquele centro médico pudesse melhorar o atendimento aos pacientes de Foz e de toda região.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 4167

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, da passagem do Dia da Bíblia, comemorado no dia 10 de dezembro.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4168

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente à Sociedade Recreativa Beneficente Colombo Futebol Clube, pela conquista do campeonato da XXXVIII Taça Paraná, decidida no último dia 02 de dezembro, no Estádio Municipal do Rio Verde, contra o Mamborê Futebol Clube da cidade de Mamborê-PR.

Registre-se votos de louvor à diretoria do Colombo Futebol Clube, extensivamente a todos os jogadores, pela conquista, valorizando nosso esporte, destacando a equipe colombense como a melhor entre inúmeras outras participantes, inclusive vencendo esse importante campeonato promovido pela Federação Paranaense de Futebol.

Finalmente, requer seja encaminhado o presente requerimento à presidente do Clube, Sra. Marília Joelma Motin, ao vice-presidente Coronel Janus, ao diretor de Futebol Adultos Masculino, Sr. Edmilson Taborda, ao técnico, Mário Jurandir Raimundo e ao supervisor e presidente da Liga de Colombo, Sr. Jerson Gonçalves Ferreira, através de correspondência a serem encaminhadas à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - CEP 83.414-000 - Colombo/PR.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4176

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando seja disponibilizado ao município de Abatiá, uma máquina de “limpar fossa” para utilização pela população do referido município.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Abatiá não está, até o momento totalmente interligada com a rede de esgoto, e em razão disso, é muito grande a quantidade de fossas encontradas nas residências da mencionada cidade.

Todavia, embora a premente necessidade de uma máquina apropriada para limpar fossas, a Prefeitura Municipal não dispõe desse aparelho para disponibilizar aos seus municípios.

Assim, o referido pleito atende os anseios e necessidades da população daquele importante município paranaense, e ao mesmo tempo, propiciará consideráveis melhorias nas condições de saúde e higiene da população, o que por si só, muito bem justifica o presente encaminhamento.

REQUERIMENTO Nº 4177

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. José Tavares da Silva Neto, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de mais 10 (dez) policiais, agentes e investigadores, do quadro da Polícia Civil, para lotação no 11º Distrito Policial da Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da violência e atos de vandalismo na região do bairro CIC - Cidade Industrial de Curitiba, bem como o aumento das áreas de invasão, o alto índice de tráfico de drogas, como também de furtos e roubos e outros delitos, inclusive contra a vida, autorizam o pleito pelo aumento da qualidade de policiais lotados no 11º Distrito Policial da Capital.

Referida solicitação objetiva incrementar a segurança de toda a região, pois o aumento da criminalidade exige uma quantidade maior de efetivo humano disponível no referido distrito, para salvarguardar a integridade física e o patrimônio de todos aqueles que residem, laboram ou transitam na referida região.

REQUERIMENTO Nº 4178

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Abatiá, em nosso Estado, unidade móvel a ser utilizada na remoção emergencial de pacientes carentes residentes na região.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O município de Abatiá não dispõe de recursos em seu orçamento, embora seja providência que merece pronto atendimento, que possa disponibilizar verba na área de saúde pública e assistência médica, para adquirir uma ambulância, em benefício de todo o seu povo, mormente a parcela mais carente da população, e que certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos municípios.

O serviço de remoção de doentes, muitos deles residentes na área rural, necessitam de transporte apropriado para locomoção até os centros médicos e hospitais do município, ou mesmo para transportá-los a outras localidades que ofereçam tratamento especializado, e o município dispõe atualmente de apenas uma unidade para realizar referida missão, hoje com atendimento prejudicado ante a carência de viaturas apropriadas para realizar mencionado transporte.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 674/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O colégio estadual, edificado no bairro Santa Terezinha, no município de Fazenda Rio Grande, passa a denominar-se “Colégio Estadual Desembargador Francisco da Cunha Pereira”.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Francisco da Cunha Pereira, desembargador, homem de vida ilibada, por demais conhecido, foi promovido por critério de merecimento para ocupar cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Homem decente e honrado, sempre desempenhou papel importante para o desenvolvimento de uma justiça mais justa e célere.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação desta lei.

PROJETO DE LEI Nº 675/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O colégio estadual, edificado no bairro Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande passa a denominar-se “Colégio Estadual Sra. Olindamir Merlin Claudino”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Olindamir Merlin Claudino, nascida em 31 de março de 1924, no bairro Umbará em Curitiba, neta de italianos, casou-se com Francisco Claudino Filho, em 1944, fixando residência nas terras da família Claudino, na Fazenda Capocú, hoje denominado de Vila Claudino, bairro Nações, Fazenda Rio Grande, localidade da escola construída. Teve 6 filhos e faleceu em 22 de outubro de 1994, na mesma residência em que morou desde 1946.

Teve toda a sua vida dedicada à família centrada no trabalho e boa vizinhança. Pessoa de reconhecimento público pela bondade infinita e por jamais ter deixado de auxiliar quem lhe procurasse, foi exemplo de caráter e vida justa.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 676/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão e base territorial no município de Fênix-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, entidade sindical de primeiro grau, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão e base territorial no município de Fênix, no Estado do Paraná, é constituído para fins de coordenação, proteção e representante legal da categoria profissional “trabalhadores rurais” assim compreendidos, os que exerçam ou venham a exercer atividades rurais, como assalariados permanentes e temporários na agricultura, pecuária e similares na produção extrativa rural, bem como os pequenos produtores, proprietários ou não, que exerçam atividades rurais, individualmente

ou em regime de economia familiar, executando em condições de mútua dependência e colaboração com ajuda eventual de terceiros, integrantes do plano nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, tudo no sentido da solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais.

PROJETO DE LEI Nº 677/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal - com sede no município de Laranjal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A mencionada associação, tem por objetivo desenvolver ações que venham a atender a necessidade da comunidade dentro de um conceito familiar.

Presta ainda, outros e relevantes serviços a entidade ora em questão, devendo portanto, o projeto de lei, ser aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 678/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Vereador Alci Francisco Téu a PR-471, do trevo da BR-277, município de Guaraniaçu, passando pelo distrito de Guaporé até a cidade de Campina da Lagoa.

Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A denominação de Rodovia Vereador Alci Francisco Téu do trecho da PR-471 que liga a sede do município de Guaraniaçu ao distrito de Guaporé e ao município de Campina da Lagoa, é uma justa homenagem a este ilustre cidadão que teve destacada atuação em todos os setores da vida comunitária. O pretense homenageado foi um homem inteligente, mediador incontestado e diplomático, fatores que contribuíram para tornar-se uma liderança política expressiva nos arredores do Oeste paranaense.

O senhor Alci Francisco Téu é sinônimo de luta em favor das causas sociais. Homem que ao longo de sua

vida preocupou-se com o bem-estar dos semelhantes e com a construção de uma sociedade mais justa, humana e fraterna. E foi por estas virtudes que ingressou na carreira política, sendo vereador por três legislaturas, secretário municipal de Obras e presidente do PMDB local, obtendo sempre o reconhecimento público pela sua dedicação e intransigência na defesa dos interesses das classes que representava.

Na realidade, sintetizar as qualidades do ex-vereador é tarefa árdua, uma vez que ela é muito extensa, porém o breve relato que ousou fazer é suficiente para a aprovação desta matéria e o seu acolhimento fará com que motoristas e transeuntes que se utilizarem daquele trajeto, possam trazer frescas à memória as imagens de um cidadão que plantou amizade colhendo uma legião de amigos e admiradores.

PROJETO DE LEI Nº 679/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Paz na Escola, de Ação interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Controle da Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para implementar o Programa, em cada unidade escolar será criada uma equipe de trabalho, constituída por professores, funcionários da escola, alunos, especialistas em educação, pais e representantes ligados à comunidade escolar.

Parágrafo Único - Dependendo das peculiaridades de cada escola, poderão ser chamados a integrar a Equipe de Trabalho:

- I - autoridades;
- II - órgão de segurança;
- III - entidades públicas ou privadas;
- IV - entidades de classe;
- V - conselhos comunitários;
- VI - cidadãos que possam colaborar para a consecução dos objetivos propostos.

Art. 3º - São objetivos do Programa:

I - criar Equipes de Trabalho vinculadas aos Conselhos Escolares para atuar na prevenção e no controle da violência nas escolas, analisar suas causas e apontar possíveis soluções;

II - desenvolver ações e campanhas educativas, de conscientização e valorização da vida, dirigidas às crianças, aos adolescentes e à comunidade envolvida;

III - implantar ações voltadas ao controle da violência na escola, com vistas a garantir o reconhecimento dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a promoção da harmonia e da paz entre a comunidade escolar;

IV - desenvolver ações culturais e desportivas que fortaleçam os vínculos entre a comunidade e a escola;

V - garantir a qualificação e o treinamento de todos os integrantes da Equipe de Trabalho, a fim de prepará-lo para prevenir e enfrentar a violência na escola.

Art. 4º - Para coordenar as ações deste programa será criado um Núcleo Central e Núcleos Regionais.

Art. 5º - O Núcleo Central estará ligado à Secretaria de Estado da Educação e traçará as diretrizes, realizará estudos, dará suporte ao desenvolvimento do Programa e terá intersecretarial e multiprofissional, com participação de:

I - técnicos das Secretarias Estaduais:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) da Criança e Assunto da Família;
- d) da Justiça e Cidadania.

II - técnicos de entidades não-governamentais ou privadas, como:

- a) universidades;
- b) Ordem dos Advogados do Brasil, seção PR;
- c) entidades religiosas;
- d) demais entidades que possam contribuir nas áreas da Psicologia, das Ciências Sociais e Jurídicas, abrangidas pelo Programa.

Art. 6º - Os Núcleos Regionais, ligados às Delegacias de Educação, estabelecerão conexão entre o Núcleo Central e as Equipes de Trabalho e darão respaldo às ações destes últimos, e terão composição intersecretarial, multiprofissional e de participação comunitária, contando com:

I - técnicos das Secretarias do Estado e dos Municípios da região:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) Criança e Assunto da Família;
- d) da Justiça e Cidadania.

II - representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- a) grêmios estudantis;
- b) conselhos escolares;
- c) conselhos municipais de educação;
- d) conselhos municipais de saúde;
- e) conselhos tutelares;
- f) representantes das subseções da Ordem dos Advogados do Brasil;
- g) Pastorais e entidades religiosas;
- h) Universidades;
- i) Sindicatos e entidades de classe;
- j) Representantes da sociedade civil e de entidades públicas ou privadas, que possam contribuir nos aspectos psicológicos, sociais e jurídicos contidos no Programa.

Art. 7º - Mediante convênio, o Estado poderá estender o Programa às escolas municipais e particulares, bem como orientar a formação de Núcleos Municipais de Controle e Prevenção da Violência.

Art. 8º - A implantação do Programa se dará, preferencialmente, nas escolas que estejam, sofrendo os maiores índices de violência.

Art. 9º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O projeto “Paz na Escola” visa criar mecanismos para enfrentar o grave problema da insegurança e da violência que cresce de forma assustadora, afetando a sociedade brasileira como um todo, atingindo até mesmo as crianças e os adolescentes no seu próprio ambiente de formação e aprendizado: a escola.

Os dados divulgados pela imprensa são alarmantes: tráfico e uso de drogas nas imediações e até mesmo dentro das escolas, agressões, vandalismo, furtos, depredações e ameaças contra a vida.

O vandalismo é outra face da violência nas escolas. Pichar muros e paredes, quebrar móveis e portas, destruir banheiros e roubar lâmpadas e equipamentos tornou-se diversão para alguns estudantes.

Recente pesquisa da Universidade de Brasília e da Confederação dos Trabalhadores em Educação feita em 1.440 escolas estaduais de todo o país, revelou que mais de 55% das mesmas sofrem ações de vandalismo. Na região Sul, este índice é de 54,2%.

Em muitas escolas foram erguidos muros, colocadas grades e fechados os portões, porém nem assim a tranquilidade dos pais, professores e alunos foi restabelecida.

Este programa “Paz na Escola” prevê a criação de equipes de trabalho, multidisciplinares, junto às escolas sob a coordenação geral da Secretaria Estadual da Educação e das Delegacias de Educação, objetivando integrar os segmentos da comunidade escolar com outros setores que se disponham a contribuir para o controle e a prevenção da violência, que gera preocupação e traz a intranquilidade às famílias do nosso Estado.

O projeto abre a possibilidade da articulação conjunta entre o Poder Público e as entidades sociais e comunitárias, firmando convênios e parcerias para enfrentar a questão, não só dentro das escolas, mas também visando

orientar a comunidade e acompanhar as famílias dos eventuais jovens infratores.

A defesa da paz na educação se torna fundamental, uma vez que ela se estende para a conveniência na sociedade, sendo na escola que os jovens se formarão para a vida, projetando o futuro de nossa pátria.

Com o objetivo de contribuir para a garantia dos direitos humanos e o respeito à cidadania plena vimos apresentar à apreciação do conjunto do Parlamento Paranaense este projeto de lei que institui o Programa “Paz na Escola”, aguardando o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 680/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo deverá divulgar, no Diário Oficial do Estado, e disponibilizar para consultas na Internet, até o último dia do mês seguinte ao encerramento do trimestre civil imediatamente anterior, relatório detalhado da arrecadação de multas de trânsito aplicadas em rodovias estaduais, bem como aquelas sob a administração do Estado do Paraná, especificando:

I - o valor arrecadado por rodovia e por equipamento de controle de velocidade, estratificando por faixas de velocidade excedida em cada ponto de controle;

II - o valor arrecadado resultante de autuações relativas a infrações e formas de controle não previstos no inciso I;

III - o valor arrecadado por município do local de autuação;

IV - o valor total impugnado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No Estado do Paraná muita polêmica já se originou da questão das multas de trânsito, em especial as multas aplicadas nas rodovias. Ao tratar da divulgação dos valores trimestrais das multas de trânsito arrecadadas nas rodovias do Estado do Paraná, este projeto busca assegurar a necessária transparência da origem e gestão dos recursos públicos carreados aos cofres do Tesouro Estadual em decorrência de penalidades aplicadas aos usuários das rodovias estaduais.

Além disso, a publicação dos dados de que tratam o projeto viabilizará, igualmente, a avaliação da adequada aplicação das normas do Código de Trânsito Brasileiro e da correta destinação e aplicação dos recursos arrecadados em investimentos de educação e segurança no trânsito.

PROJETO DE LEI Nº 681/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Família Solidária, para abrigo de crianças e adolescentes em situação de dificuldade.

Parágrafo Único - Entende-se por crianças em situação de dificuldade, para o cumprimento desta lei, aqueles com até 14 (quatorze) anos de idade e que estejam sem condições mínimas de bem-estar e dignidade (alimentação, moradia, saúde e educação).

Art. 2º - A família solidária receberá em casa a criança ou o adolescente e lhe fornecerá abrigo, alimentação, cuidados com a saúde e a educação, direcionando-o para um convívio saudável com a sociedade e o respeito à vida humana.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família cadastrará as famílias interessadas em participar do Programa.

Parágrafo Único - Para o cumprimento deste artigo, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família realizará triagem com as famílias interessadas, a fim de selecionar as mais identificadas com os objetivos do Programa.

Art. 4º - A família solidária poderá receber em sua casa de uma a 5 (cinco) crianças e adolescentes.

Art. 5º - A Secretaria de Estado da Educação garantirá vagas em suas escolas, tanto de ensino fundamental, como de ensino médio, para todas as crianças e adolescentes cadastrados no Programa Família Solidária.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Saúde garantirá atendimento médico (consultas, internações, exames), atendimento odontológico e recebimento gratuito de remédios para todas as crianças e adolescentes cadastrados no Programa Família Solidária.

Parágrafo Único - Para o cumprimento deste artigo, a Secretaria de Estado da Saúde emitirá, por meio de órgão próprio, um documento que identifique a criança ou o adolescente participante do Programa, habilitando-o ao atendimento gratuito.

Art. 7º - O Estado concederá à família solidária o valor equivalente a um salário mínimo mensal para cada criança ou adolescente a ser amparado.

Art. 8º - O Estado, por meio da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, fará o acompanhamento, realizando visitas e entrevistas com as famílias solidárias e com as crianças ou adolescentes, a fim de comprovar o bom e fiel andamento do Programa.

§ 1º - Nas visitas e entrevistas referidas neste artigo, deverá ser comprovado o bom tratamento dado pelas famílias às crianças ou adolescentes, verificando-se a alimentação, o vestuário, a higiene, a saúde e a educação.

§ 2º - Deverá, também, ser comprovada durante as visitas e entrevistas, a matrícula da criança ou do adolescente na escola e a realização pela família do devido acompanhamento escolar, verificando-se para isso, a frequência e o rendimento escolar.

Art. 9º - Serão imediatamente cancelados os benefícios concedidos à família solidária e à criança ou ao adolescente se forem apurados pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família quaisquer desvios no cumprimento dos objetivos do Programa.

Art. 10 - Os benefícios concedidos à família solidária e à criança ou ao adolescente serão suspensos quando a criança ou o adolescente concluir o ensino médio, ou quando atingir 18 (dezoito) anos de idade, valendo o que primeiro ocorrer.

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento, devendo os orçamentos futuros destinar recursos específicos ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Diz o Estatuto da Criança e do Adolescente que é dever da família, da comunidade e da sociedade em geral, além do Poder Público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Atualmente é muito grande o número de crianças abandonadas por suas famílias que vivem pelas ruas das cidades, aliando seu sofrimento ao pânico que provocam nas pessoas, pois vivem envolvidas em drogas, andando geralmente em bandos, provocando brigas, assaltos, arrastões e outros crimes.

O Governo do Estado, diante da elevada demanda de crianças não consegue resolver o problema a contento, pois muitas vezes as crianças são retiradas das ruas, mas não tendo onde ficar por muito tempo, retornam para o convívio ou de suas famílias desestruturadas (e acabam fugindo) ou diretamente para as ruas.

A proposta que ora apresentamos procura ser alternativa para que a criança ou o adolescente, ao se separar da família, possa encontrar outro lar, onde haja meios de continuar seu crescimento e sua formação. Sabemos que

o seio familiar é fundamental para o desenvolvimento dos valores culturais e sociais, além de ser o lugar inicial para o bom exercício da cidadania.

Ao se estipular um valor financeiro a ser pago às famílias solidárias, o Estado estará dando a ela condições de cuidar condignamente dessa criança, zelando por sua proteção, alimentação, vestuário, higiene e lazer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de entrarmos no Pequeno Expediente, requerimento do deputado Ângelo Vanhoni que solicitou cinco minutos para o professor Romeu, presidente da APP-Sindicato, usar a tribuna.

Com a palavra, o professor Romeu, por cinco minutos.

O PROFESSOR ROMEU

Senhor presidente, senhores deputados. Agradeço mais uma vez o espaço concedido, não à APP, mas para a Educação do Paraná.

Muitas razões temos para expor aqui alguns problemas, mas o tempo não permite. Assim, vou me concentrar naquilo que cabe a este Plenário, a esta Casa resolver. Não ajudar a APP, mas ajudar os milhares de alunos de todo o Paraná.

A primeira questão que trago, é o decreto legislativo, que o Judiciário havia, através de uma liminar, impedido que tramitasse aqui dentro. E agora já não há mais esse obstáculo, porque aquela liminar foi cassada e o decreto legislativo, que impedia aquele decreto de ter efeitos, o Decreto 4313, ele está nesta Casa parado.

Nós pedimos que ele tramite, para que seja possível realizarmos eleições livres, diretas nas escolas e que possamos restabelecer a ordem nas escolas, porque, a partir das eleições impostas pela secretária Saliba, houve um verdadeiro caos nas escolas, a ponto de 15 mil inscritos, 12 mil e 500 fizeram os testes, 8 mil passaram, 3 mil apenas se candidataram. E deste total, 300 escolas, houve apenas uma candidatura única, que a secretária não quer admitir. E nós não podemos imaginar que ela possa intervir nessas 300 escolas. Cem escolas entraram na Justiça e em cerca de 20 não houve quórum.

É preciso que esta Casa restabeleça a ordem, porque a ação do Legislativo, aqui, foi uma ação indevida, que este Parlamento não pode se curvar sob pena de negar a sua razão de existir.

Ora, eu que não sou parlamentar, tenho dito que é uma ingerência indevida no Parlamento. Cabe aos parlamentares do Governo e da Situação fazerem valer a prerrogativa do Parlamento que é debater as matérias que estão aqui dentro. E esta é uma delas.

A segunda questão, de grande relevância, peço o máximo empenho dos deputados, porque esta matéria é um crime de lesa-pátria, que a secretária Saliba comete contra a Educação. Repito: é um crime de lesa-pátria. A secretária Saliba baixa uma resolução na surdina, sem sequer ouvir o Conselho Estadual de Educação, quanto

mais esta Casa. E através desta resolução, ela impede que haja cursos noturnos regulares no Estado.

Acho que muitos deputados aqui, tiveram que estudar à noite, porque trabalhavam de dia. O próprio deputado Pessuti. Por que é que os trabalhadores dos canaviais, dos algodoais, dos laranjais, dos cafezais e os trabalhadores urbanos, mesmo adolescentes não podem estudar à noite num curso regular? Isso é um absurdo!

Não dá para a Saliba e o governador Lerner retirarem dos nossos jovens o melhor que eles têm que é a esperança de dias melhores!

E por isso nós pedimos aos deputados que aprovem.

Esta não é uma pendência entre a Oposição e Situação, é uma situação que interessa a todo o povo do Paraná.

Espero que a resolução legislativa, apresentada nesta Casa, tenha uma sequência, imploro ao deputado Hermas Brandão que faça tramitar com rapidez aquela resolução legislativa, para sanar esse grave problema que se instalou entre nós, impedindo que milhares de crianças possam estudar à noite.

E, por último, para acelerar a minha fala aqui, a secretária também baixa uma resolução fazendo com que cerca de 20% da grade do ensino médio...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O PROFESSOR ROMEU

Está certo.

Então, para não me expandir mais porque não tenho mais tempo, são duas resoluções altamente prejudiciais. Se os deputados da base governista fizerem coro com a secretária Saliba, estarão escrevendo os seus nomes numa das páginas mais horrendas da História do Paraná, que é a página que impede que os alunos estudem tanto à noite quanto façam o ensino médio de dia ou de noite de forma integral.

O terceiro e último assunto, o Estado já promete demitir 2.500 professores celetistas, e o Estado já foi condenado numa ação civil pública da Procuradoria do Trabalho a não fazer mais contratos temporário porque estes contratos temporários estão impedidos por um enunciado, Enunciado 363, do TST, dizendo que a contratação do servidor público, sem prévia aprovação em concurso público não tem valor algum. Então esses professores, o dia que forem demitidos, não terão direito a nada! a secretária Saliba sabe disso e continua contratando, fora da lei, sem concurso público, afrontando a determinação do TST! E pior que afrontar o TST, é deixar esses professores sem nenhum direito o dia em que forem demitidos do Estado.

Nós queremos o concurso público, como manda a constituição para regularizar essa situação, mesmo porque o governador do Estado prometeu para nós concurso

público, antes de ser eleito. No dia 6 de abril de 2001 a Casa civil assinou um documento prometendo concurso público no mês de outubro, o edital, e até o final do ano, a realização, o ano está terminando e não há concurso público algum!

Então eu peço a esta Casa que não faça coro com a Secretária Saliba. Há um velho ditado romano que diz: “*Similis similibus gaudet* ou seja, os semelhantes regozijam-se com os semelhantes.

Eu espero que a bancada governista que tem o poder de aprovar este nosso pedido aqui, não se assemelhe à secretária Saliba, que está destruindo a educação pública do Paraná!

Basta ver a matéria da Gazeta do Povo, onde diz que 92% dos professores do Paraná sofrem todos os tipos de problemas, inclusive de problemas psicológicos. A matéria da Gazeta do povo do dia 28 de novembro é inequívoca, ela diz: “Situação dos professores do Paraná está á beira do caos”.

Era esta a minha fala hoje, evidente que eu comprimi em razão do tempo, mas faço um apelo - a educação do Paraná está à beira da falência! Não sou eu que estou dizendo isso, não é a APP, é uma pesquisa séria de um professor da USP, da Universidade de Brasília, estampada no dia 28 de novembro, na Gazeta do Povo - “Educação e professores do Paraná, à beira o caos”.

Espero que os deputados façam honrar os seus mandatos e neguem essas Resoluções, tanto a 2617 quanto a 2618 e possamos estabelecer a ordem. E mais, impeçam essa demissões de 2.500 professores que terão como prêmio de Natal, do Governo do Estado, a insônia, a angústia, o desemprego para o ano que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos a presença do professor Romeu, sempre bem-vinda a esta Casa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Foz do Iguaçu tem sido foco de muitas notícias negativas nos últimos tempos, mas entre tantas notícias negativas, temos o prazer de trazer a esta Casa uma boa notícia para a população de Foz do Iguaçu, de toda a região Oeste do Paraná e dos países da região de fronteira que estarão se beneficiando desses novos equipamentos e da reforma que está sendo feita no Hospital Costa Cavalcanti. Aliás, amanhã, estará em Foz do Iguaçu o ministro José Serra para, juntamente com o diretor geral da Itaipu, Dr. Euclides Scalco, secretário de Saúde, Armando Raggio, Ricardo Foster, entregando à comunidade uma obra com os seus respectivos equipamentos que proporcionarão uma verdadeira revolução na área do tratamento médico e hospitalar para toda aquela região.

Investimentos na ordem de vinte e três milhões de reais entre ampliação do espaço físico do Hospital Costa Cavalcanti, aquisição de equipamentos de última geração para o tratamento na área dos rins, coração e do câncer.

Certamente esses equipamentos de última geração, melhorarão em muito a saúde da população naquela região, até porque teremos lá, a partir de amanhã, espaço físico e equipamentos para fazer qualquer tipo de tratamento principalmente nessas áreas que hoje são feito em capitais ou grandes centros do Paraná ou do Brasil.

Merece o nosso respeito e o nosso elogio o trabalho do Dr. Euclides Scalco, que com sua formação médica, sempre gostou de atuar na área da saúde, determinou à Fundação Itaipu para que se fizesse, há três anos atrás, um plano diretor, para dotar o Hospital Costa Cavalcanti, de tratamentos de alta complexidade.

O aparelho de hemodinâmica será usado para o cateterismo e angioplastia, além de fazer arteriografia vascular e também cerebral. Foi comprado um acelerador linear que será usado no combate ao câncer; foi também comprado equipamento de ressonância magnética. É um aparelho com múltiplas finalidades e de última geração. Também, aparelho de tomografia computadorizada de última geração, equipamento que vale mais de um milhão de dólares.

É com alegria e satisfação, que hoje trago boa notícia para Foz do Iguaçu e região, a respeito de um fato certamente marcante na história de Foz do Iguaçu, que é a entrega à comunidade de Foz do Iguaçu, desses equipamentos e da ampliação do Hospital Costa Cavalcanti.

É importante frisar que esse serviços serão colocados à disposição da comunidade, através de atendimento particular e através de convênios e inclusive o Hospital tem um convênio próprio, o Itamed e será colocado à disposição da comunidade através do SUS. Cerca de 90 leitos serão colocados permanentemente à disposição da população de baixa renda, através do atendimento pago pelo SUS.

É importante frisar que num curto espaço de tempo, também teremos condições, o hospital terá condições de fazer inclusive transplantes. Transplantes de rim e até mesmo de coração. Como a mão-de-obra especializada, altamente especializada, em Foz ainda é precária, o Hospital Costa Cavalcanti estará prestando serviços sob a supervisão e o atendimento de médicos conceituados no Estado do Paraná e até mesmo no Brasil, do Hospital das Clínicas, da PUC, da UEL, da Universidade Aisengart, aqui de Curitiba, para que aqueles equipamentos sofisticados tenham mão-de-obra adequada e qualificada para prestar um bom serviço e um bom atendimento.

Faço questão, senhor presidente, que fique consignado nos Anais da Casa esta minha satisfação, e tenho certeza que em meu nome e em nome do deputado Chico Noroeste, em nome de todos daquela região, deputados Eli Ghellere, Irineu Colombo, Elio Rusch, todos que atuamos naquela região, que representamos aquela região,

como o nosso colega da região de Cascavel, mas que atua também naquela região, certamente os nossos agradecimentos e nossos elogios, particularmente ao Dr. Euclides Scalco, ao secretário Armando Raggio e também ao ministro José Serra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados. O presidente da APP que nos antecedeu nesta tribuna, relatou aqui a esta Casa e a este Paraná, através da imprensa credenciada, o que realmente ocorre na Secretaria da Educação do nosso Estado. Uma pessoa alheia aos interesses maiores da Educação da família paranaense faz com que algumas posições administrativas tomadas por ela não vão ao encontro da razão; que professores de dez, vinte, trinta e poucos anos na educação identifiquem o que é melhor para o setor educacional do nosso Paraná.

Infelizmente, a falta de sensibilidade daquela titular da pasta da Educação fez com que alguns atos penalizem a Educação do nosso Estado.

Quero dizer ao professor Romeu e aos professores que aqui se encontram, os representantes dessa entidade e dessa classe sofrida de parte do funcionalismo público do Estado do Paraná, que nós do PDT, os seis deputados que compõem nossa Bancada, votarão contra a posição da secretária da Educação, em favor da Educação do nosso Estado.

Mas, o que quero é dizer que, lamentavelmente, como já disse na sessão de ontem e direi na sessão de amanhã e em tantas sessões enquanto durar este período, que já se avizinha ao final, que o Governo do Paraná, travestido de um papai-noel maldoso, neste mês de dezembro, iniciou o mês dando a penalidade do aumento do pedágio ao povo paranaense. Logo em seguida, aumentou a alíquota da água e do esgoto. E agora, para tristeza nossa e infelicidade de todo o Paraná, vem S. Exa. o governador com mais um presente de grego ao nosso povo, quando quer aumentar o ICMS sobre o combustível e comunicação. Combustível este que é o óleo diesel essencial fundamental para o transporte das nossas safras agrícolas, para nossa produção agropecuária.

Vai aumentar a alíquota do óleo diesel de 12 para 13%, penalizando mais uma vez o laborioso povo paranaense, além disso, S. Exa. o governador, também com mais um presente maldoso ao povo do Paraná, aumentou a alíquota do ICMS na comunicação.

Parece que no nosso Estado o Papai Noel, que era a esperança de quando éramos crianças e continuamos sendo crianças.

Mesmo adulto e investido na função de deputado estadual, lembro-me perfeitamente bem o quando era

esperada a véspera do dia 25 para abrímos os presentes do nosso avô, nossa avó, nosso pai ou mesmo aqueles que não têm avô, não tem pai, iam aqueles anônimos em creches entregando presentes às crianças e dando um alento de esperança no dia do nascimento daquele que nos empresta a vida, mas infelizmente no Paraná neste mês de dezembro, que é um mês de alegria e esperança, S. Exa. o governador faz realmente um mês de tristeza de vergonha para nós que aqui representamos o Paraná, que não tenhamos em mãos a maioria deste Plenário, para dizer um não a todos os aumentos que estão sendo pleiteados por S. Exa. o governador, mas tenha certeza, senhor presidente, se não conseguirmos aqui, deputado Waldyr Pugliesi você que é nosso líder da bancada do povo, se não conseguirmos aqui dar um basta nestes aumentos que penalizam a família do Paraná, a família do Paraná no próximo ano vai dar uma resposta no traseiro desses que se encontram no Palácio Iguaçu, mais precisamente no mês de outubro, dar um basta naqueles que penalizam a família do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor Presidente, senhores deputados, foi só falarmos no FUNDEF, na semana que passou, que choveu documentos da Secretaria de Educação que nós vamos tornar público, na sequência, na outra oportunidade.

Ontem tivemos a segunda reunião do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do Paraná e eu represento a Assembléia Legislativa junto com o deputado Miltinho Pupio.

E lá eu defendi na tabela da cobrança, coliformes fecais.

Por que isso?

Porque nós estamos observando há muito tempo que estamos fiscalizando a Sanepar, e constando que há um alto índice de coliformes fecais na nossa barragem do Iraí.

E a Sanepar é responsável pela maior emissão, porque ela só trata 40% do esgoto. Pois bem, magicamente a Sanepar não fez constar este item de cobrança que é um item fundamental, porque é aquele que previne a poluição da água e é aquele item que faz com que se diminua o número de produtos químicos para fornecer a água à população usando menos cloro e evidentemente colaborando com a qualidade de vida da nossa gente.

Pois bem, não adiantou o nosso trabalho. Foi preciso que a Rede Globo de Televisão, em cadeia nacional, para que o Paraná tomasse conhecimento dos fatos que estão acontecendo na barragem do Iraí.

A CEI que investiga, de nada adiantou. Não houve atenção da imprensa estadual, mas houve atenção da

imprensa nacional. Para não cometer injustiças, houve atenção por parte da “Gazeta do Paraná”.

Foi preciso que a Comissão do Meio Ambiente fosse a Adrianópolis para verificar as doenças que aquela criança têm por contaminação de chumbo no sangue. A Rede Globo fez uma reportagem mostrando os fatos do Brasil real, matéria essa que elaboramos e fomos junto com o deputado Algaci Tulio. Fizemos várias audiências públicas. Praticamente concluímos um trabalho, porque para concluir temos que ter um laudo oficial da Secretaria da Saúde, para que possamos ingressar uma ação indenizatória de responsabilidade civil por todos aqueles que eram sócios, que exploraram o ouro e a prata da Plumbo do Brasil.

Na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, realizamos um seminário para tratarmos um assunto do seqüestro de carbono. Trouxemos aqui cientistas, representantes do Banco Mundial, do Ministério da Agricultura; tiramos um trabalho minucioso que deve servir como informação àqueles que vislumbram em ver um dia o meio ambiente sendo compensado economicamente: tal qual determina a lei do ICMS ecológico, já aprovado aqui por esta Casa há dez anos.

Vejam, temos no País todo essa nossa riqueza nacional que se, referendado o Tratado de Quioto, o País vai poder, após santificado uma área de plantio de pinus ou de pinheiros, ter uma compensação financeira, vendendo bônus para o mundo sobre o seqüestro de carbono. O Tratado de Quioto determinou a diminuição de CO₂ que destrói a nossa camada de ozônio. Os EUA representam 35% dessa poluição. Este assunto está prestes a acontecer no mundo, mas alguns espertos, que se fazem como imobiliárias dos americanos, especificamente a SPVS que recebeu 15 milhões de dólares para começar a adiantar esses projetos, vai acabar vendendo bônus das nossas áreas verdes. As ONG's americanas vão passar a vender bônus sobre o seqüestro de carbono, e vão ainda dizer que podemos continuar com nossa indústria a todo vapor, porque estamos compensando no Brasil.

Não podemos aceitar determinadas imposições que significam dinheiro. Compram as terras dos nossos brasileiros, como é o caso de Guaraqueçaba, onde vendem as terras por alguns dólares e eles acabam no mundo urbano, trazendo para eles uma mudança no habitat natural.

A riqueza do nosso litoral é do povo brasileiro, não pode ser uma ONG esperta. Quem nos garante que os nossos filhos e os nossos netos poderão ingressar em Guaraqueçaba? porque os filhos e os netos das ONG's vão dizer: não, esta é uma herança deixada pelos nossos pais. Compram prioritariamente as cabeceiras de rios, para depois ter ainda uma compensação.

Temos que nos adiantar, porque somos a referência do povo. Por isso fomos eleitos, para sairmos à frente, para explicarmos à população o que está acontecendo no nosso país e no mundo.

Concedo um aparte ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

V. Exa. há muitos meses mostra ao Paraná uma das maiores preocupações suas neste mandato, que é o meio ambiente. Trouxe a esta Casa a denúncia sobre a água de Curitiba, que tomou parte da imprensa do Paraná. Para vergonha nossa, do Paraná, no Jornal Nacional saiu a reportagem sobre a água de Curitiba. Ali estava uma dona de casa limpando o filtro de água, mostrando resíduo que encontrava no filtro. Tirou resíduos tipo limbo daquilo que era filtrado da água da Sanepar.

V. Exa. falava naquela oportunidade, e era contestado por alguns parlamentares da Situação. Essa reportagem é inquestionável, não é mentirosa, mostra o fato real.

V. Exa. tem o cumprimento do povo do Paraná pela defesa que fez da saúde, quando o prefeito de Curitiba e outras autoridades maiores diziam que V. Exa. estava fazendo sensacionalismo, que não falava a verdade. A verdade tarda mas não falha! Esses mentirosos estão sendo desmascarados dia-a-dia como esta reportagem desta semana.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado pelo aparte.

Julgo ser de nossa responsabilidade o mandato que exercemos. Nunca procuramos a notícia apenas por ser notícia. Sempre buscamos o trabalho concreto. Quando denunciemos aqui a SPVS e a Fundação O Boticário, tivemos a resposta. O Senado Federal constituiu uma CPI para discutir a questão das ONG's no País. Estive lá depondo por mais de duas horas em cadeia pela TV Senado. Lá estive a SPVS, a Fundação O Boticário e estão sendo investigados pelo Senado Federal.

Nós temos que começar um assunto que tenha objetividade, que seja claro, que seja sobretudo justo, nem bom, nem mal: justo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados:

Subo mais uma vez à tribuna desta Casa para dizer da importância que foi a distribuição dos recursos do Governo do Estado do Paraná referente à Chrysler, do ICMS daqueles 106 milhões, aonde vários recursos são para a recuperação de rodovias e daquele dinheiro que entrou para as Prefeituras Municipais.

Eu vi a alegria dos prefeitos e sou testemunha, senhores deputados.

Ao subir a esta tribuna, quero aqui deixar registrado um recurso bem empregado pelo prefeito da cidade de Moreira Salles, Hugo Berth. De vinte e poucos mil reais que a prefeitura recebeu da Chrysler, o prefeito fez

as roçadas de todas as rodovias estaduais que passam em Moreira Salles que vão para Goioerê, que vão para mariluz, que vêm para Campo Mourão, pegando pessoas para trabalhar, para fazer as roçadas. Ficou uma maravilha!

O restante dos recursos foram pelo prefeito utilizados em recuperação de estradas vicinais, para ter estradas cascalhadas, adequadas para os pequenos agricultores, senhor presidente.

Então, se vê a importância desses recursos serem distribuídos aos pequenos municípios do Estado do Paraná. É um recurso que vem em boa hora.

O que o agricultor quer? Ele quer uma estrada para que nos dias de chuva possa sair com tranquilidade, com segurança e ir até a cidade fazer compras.

E quando você ajuda o agricultor com estradas boas, está ajudando a educação, o transporte escolar dos filhos dos agricultores que saem lá do sítio e vêm estudar, muitas vezes na cidade, e frequentar uma faculdade.

Portanto, tinha que deixar este registro, senhor presidente, senhores deputados, desses recursos do Governo do Paraná, que foram distribuídos para as prefeituras.

A prefeitura menor recebeu uma média de 13 mil reais. É conforme o número de habitantes e o coeficiente do ICMS.

Portanto, tinha que deixar registrado aqui e aproveitar, senhor presidente, que nesta semana o Governo do Paraná já liberou para a nossa região mais de 5 milhões de reais de dinheiro a fundo perdido para o pequeno agricultor, aquele que é a razão da existência das cidades.

Um programa do Paraná 12 Meses, ao qual votamos a favor, para que o Governo contraísse empréstimo para ajudar o homem do campo, porque é lá no campo que ele tem que ficar, é lá que ele vai ser feliz com a sua esposa e com os seus filhos, mas é obrigado a estender dinheiro para ele, com dinheiro a fundo perdido e não dinheiro financiado.

Da região de Campo Mourão cinco milhões, de dinheiro a fundo perdido, para o pequeno agricultor; e esta semana a Secretaria da Agricultura liberou mais trezentos mil reais para pequenos agricultores da nossa região, para associações, projetos em vilas rurais.

Portanto, senhores, tenho que subir a esta tribuna e dizer dos benefícios que a população do interior, o nosso agricultor está recebendo do Governo do Estado do Paraná. Principalmente, por sermos os deputados que dão sustentação ao Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra a senhora deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero em primeiro lugar, parabenizar o professor Romeu, APP-Sindicato, que no uso desta tribuna expla-

nou muito bem a realidade que vive a educação do Estado do Paraná.

Nós sabemos, estamos acompanhando os atos da secretária da Educação, e temos a certeza que as medidas que ela vem tomando só vão fazer com que cresça ainda mais o número de analfabetos do nosso Estado.

O Governo Jaime Lerner já tem promovido um desmonte total da Educação do nosso Estado; e as medidas que a secretária toma, vão realmente ao encontro àquilo que o governador pensa da educação do nosso Estado.

Faço uso também da tribuna, senhor presidente, para agradecer o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, os funcionários desta Casa, que dispensaram uma atenção toda especial no encontro que aconteceu sexta-feira passada, dia 30, quando a entidade “Espaço Mulher” aqui promoveu um seminário, com a discussão sobre “A Participação da Mulher na Política”.

Esse seminário contou com a presença, com a participação de várias lideranças, inclusive da senhora Carolyn Jefferson, que é presidente da Liga de Mulheres Eleitoras nos Estados Unidos, e da senhora Zaida Arguedas, diretora dos Programas Internacionais da Liga de Mulheres Eleitoras.

Assim como contou com a presença de várias lideranças do nosso Estado, como a questão da vereadora Clair Martins, aqui de Curitiba, vereadora Elza Correia, do município de Londrina, e teve por objetivo esse seminário, a integração sobre a participação da mulher na política.

Teve durante todo o dia, a coordenação da presidente do Espaço Mulher, senhora Maria Goreti David Lopes, que conduziu muito bem os trabalhos, e que durante os debates, foi relatado como está hoje, a presença, a participação da mulher na política.

Tivemos no ano de 96, uma participação de trinta e três mil mulheres, que disputaram as cadeiras do Poder Legislativo.

Tivemos no ano de 2000, setenta mil mulheres disputando essas cadeiras. Isso demonstra o crescimento da participação da mulher na política.

Mas não é também esse dado que nos deixa satisfeitas, porque eleitas, mesmo representantes da mulher na política, o número ainda é bastante insignificante.

Nós temos em torno de 11%, de 11,5% de representantes nas Câmaras Municipais. Temos no Poder Legislativo Estadual, 3,7%, não chegamos a 4% da representação feminina aqui dentro do Poder Legislativo do Estado do Paraná. E temos no Congresso Nacional, a representação de 6,5%, a representação feminina. Também o Poder Executivo, não é diferente; temos 5,6% de representação no Poder Executivo no nosso País.

Por isso, esse dado demonstra que precisamos, nós mulheres, nos organizarmos, precisamos ainda conquistar muito mais esse espaço na política.

Não basta simplesmente a cota dos 30%, que isso não nos garante a representação efetiva.

Precisamos também da valorização da mulher, dentro dos partidos políticos, para que quando em uma disputa, em eleição, sejamos tratadas com igualdade. Porque sendo assim, temos certeza que a representação feminina vai crescer, tanto no Poder Legislativo, como também no Poder Executivo.

Senhor presidente, um outro assunto que gostaria de tratar é com respeito às Vilas Rurais, aonde já debatemos nesta tribuna, já falamos muito a respeito das Vilas Rurais, e tivemos várias entidades, cito aqui a questão da CUT, do MST, Fetrafesul (?), PJR, Aditep, Udezer (?), a Secretaria Municipal da Agricultura de Ponta Grossa, essas entidades promoveram um estudo sobre as Vilas Rurais e entregaram, no dia de ontem, um dossiê para o senhor Michael Carol, que é funcionário do Banco Mundial, que é responsável e é consultor dos Assuntos da Agricultura da América Latina e Caribe, entregaram um dossiê sobre os maiores problemas que enfrentam as Vilas Rurais.

Senhor presidente, devido ao tempo, em um outro momento estaremos nos pronunciando sobre o que foi constatado, os maiores problemas encontrados hoje nas Vilas Rurais do Estado do Paraná.

Agradeço a atenção dos senhores deputados!
Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

Com grande satisfação uso da palavra neste momento, para poder narrar um pouco a experiência que vivemos hoje pela manhã no Norte do Paraná, na cidade de Cambé, e outras mais que estamos acompanhando no Estado do Paraná.

Hoje tivemos a felicidade de acompanhar o lançamento da pedra fundamental de uma multinacional alemã, a Hexal do Brasil. É uma empresa que está no Brasil há alguns poucos anos, mas que vai investir cento e cinco milhões de reais nesse primeiro momento e é intenção dela construir aqui no Paraná a segunda maior unidade industrial do mundo na fabricação de remédios genéricos. Eu fiquei muito emocionado com o pronunciamento do presidente mundial da Hexal, porque vindo de qualquer um de nós ou vindo de qualquer paranaense, poderia ser suspeito, mas foi o pronunciamento de um alemão que chegou ao Brasil ontem, que hoje já está embarcando para os Estados Unidos e retornará na sequência à Alemanha, que dizia quais os motivos que levaram a indústria a sair do eixo Rio-São Paulo para vir ao Estado do Paraná: “primeiro lugar, a acolhida que eu e os meus executivos recebemos no Estado do Paraná. Toda a atenção e fornecimento de todas as informações necessárias para que pudéssemos definir o nosso investimento neste Estado. Estamos vindo para o Paraná em função da sua malha viária. Estamos vindo ao Estado do Paraná em

função da sua estrutura portuária. Estamos vindo ao Estado do Paraná em função dos incentivos fiscais que estamos recebendo. Poderíamos ampliar as nossas indústrias ou a nossa unidade industrial no Estado de São Paulo, mas optamos pelo Paraná pela qualidade de vida que poderemos oferecer aos nossos executivos alemães e brasileiros que aqui trabalham”.

Isso nos dá alegria, nos dá satisfação e não podemos deixar de registrar que este fato não é isolado no contexto da industrialização do Estado do Paraná.

Eu me recorro sempre e me lembro quando o governador Jaime Lerner, ainda enquanto prefeito da Capital, lançava a Cidade Industrial de Curitiba, deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Durval Amaral, V. Exa., a exemplo deste deputado, tem uma experiência de interior, visto que a sua participação na Prefeitura de Cambé foi realmente enaltecida. E a prova é que V. Exa., após aquele período na Prefeitura de Cambé, acabou em 1990 chegando aqui à Assembleia como deputado.

Naquele período, tanto V. Exa. como eu, havíamos ajudado na eleição para eleger, participamos da eleição do senador Roberto Requião. O senhor sabe que eu tenho um apreço muito grande tanto pelo senador Requião, como pelo ex-governador Álvaro Dias.

E hoje tenho que testemunhar, inclusive eu tenho falado isso em todos os cantos, que nesses últimos 07 anos o Paraná realmente passou por uma transformação jamais vista no setor de indústrias, não só Cambé - V. Exa. hoje, está de parabéns pela empresa que está chegando à sua cidade de Cambé.

Esta semana o prefeito de Londrina, que é do Partido dos Trabalhadores, também foi contemplado com uma grande empresa para a cidade de Londrina, com o protocolo assinado.

À semana passada, o prefeito do PMDB de Balsa Nova também foi contemplado com a maior indústria de vidros do mundo e que está sendo construída em Balsa Nova. E eu fico fazendo uma reflexão, não só eu, como outros companheiros deputados, inclusive alguns prefeitos que na sua cidade, no seu município, nunca tiveram tantas obras como estão tendo.

E vem uma pergunta que faço aqui, e deixo nos Anais da Casa: por que o governador Jaime Lerner está em baixa e está sendo criticado por alguns setores?

Gostaria até que companheiros levassem isso que eu estou falando aos ouvidos do ex-governador Requião e do ex-governador Álvaro Dias, que são meus amigos e os admiro, mas eu entendo que o melhor governador, em termos de avanço em todos os setores da economia do Paraná, é o governador Jaime Lerner, em todas as obras. Obras pequenas como o Paraná 12 Meses, aqueles mil reais, mil e quinhentos reais que foram levados para um

sujeito construir um banheiro na casa, que nunca teve um banheiro adequado, aquele pequeno comerciante que está recebendo incentivos agora através do Banco Social. É realmente um Governo de Estado de pequenas obras, as maiores obras do Estado do Paraná estão sendo realizadas no governo Jaime Lerner.

Faço uma reflexão aqui e só tem uma resposta para isso: ele foi mal-assessorado. A maior parte dos seus secretários são negativos, não sabem conviver com o povo, não têm cheiro do povo, não apertam a mão do povo, não abraçam o povo e muitas vezes a presença deles numa inauguração de obras do interior, acaba irritando a própria população pela arrogância e desconhecimento que têm pelas causas municipalistas e pelos municípios do Estado do Paraná.

Então, eu só posso acreditar que esse adverso que o governador Jaime Lerner está passando é sua assessoria. Mas que o seu governo, eu estou aqui falando e a Oposição está ouvindo, ficará na história do Paraná como um dos melhores governos do Estado do Paraná, em todos os avanços, sem dúvida nenhuma!

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado pelo aparte, deputado Geraldo Cartário.

Mas, eu dizia que a Cidade Industrial de Curitiba, enquanto fundada, criada e idealizada pelo ex-prefeito Jaime Lerner, logo no início foi muito criticada por muitos cidadãos de Curitiba, por muitas lideranças, inclusive políticas. Hoje, a Cidade Industrial de Curitiba representa um incremento substancial na economia do Estado do Paraná e é uma realidade.

O governador Jaime Lerner, enquanto governador, através de uma lei, e isso nós temos que valorizar, através de uma lei elaborada e aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de autoria inclusive do finado deputado Anibal Khury, pôs em prática o programa chamado Paraná Mais Emprego. Hoje esse programa, podemos dizer, é responsável pela grande industrialização, pela revolução industrial que se verifica no Estado do Paraná.

Eu tive a felicidade, deputado Elio Rusch, de ir a Montevideu com o governador Jaime Lerner, quando ele tratava, torcia e vibrava com a possibilidade de trazer para o Paraná a montadora Renault. Naqueles dias de muita discussão, de muito debate, era grande a sua aflição, na expectativa de trazer uma grande montadora, porque entendia o governador, que aquela empresa teria um fator preponderante na industrialização do Estado do Paraná.

A Renault se tornou realidade e atrás dela inúmeras outras indústrias vieram para o Paraná, como a Audi, a Volkswagen, a Tafisa, enfim, inúmeras empresas.

O Paraná mudou o seu perfil econômico e passou a ser o segundo pólo automotivo do Brasil. O Paraná passou a ser o primeiro produtor e exportador de frango do

Brasil. Nos próximos anos, com certeza absoluta, a nossa indústria será a primeira na produção de carnes de suínos. O Brasil tem, no Estado do Paraná, um dos Estados que mais crescem economicamente. A indústria do Paraná é disparadamente a que mais cresce no Brasil.

A geração de empregos no Estado do Paraná está acima dos demais Estados. Mas isso dito por um deputado que lidera a base do governo, poderia ser suspeito.

Por isso mesmo faço questão de trazer a esta Casa, a Revista Amanhã, que é uma das mais conceituadas, editadas no Brasil, sobre economia e negócios - editada pela Editora Amanhã e pela Simonsen Associados, que diz na sua principal matéria: "Hanking dos Estados. O mapa da eficiência". São Paulo segue em primeiro, Minas deixa o Rio para trás, o Paraná ultrapassa o Rio Grande do Sul e Pernambuco estréia entre os dez mais. E aí faz uma análise de todos os Estados.

Antes de prosseguir, quero conceder um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Durval Amaral, antes de mais nada quero agradecer a vossa atitude democrática, de conceder o aparte, visto que ontem não tivemos a mesma sorte com o deputado Fernando Ribas Carli.

V. Exa. coloca a evolução do governo. Não podemos esquecer, dentro do corredor do Mercosul, o Estado do Paraná está muito bem colocado geograficamente. Temos o Porto de Paranaguá, um aeroporto internacional. Aqui no Paraná não temos apagão - produzimos mais de 50% da energia que o Paraná precisa. Temos aqui uma mão-de-obra altamente qualificada ou que se difere dos outros Estados, visto a descendência da grande maioria da nossa população, de origem alemã, italiana.

O governo Lerner dobrou a dívida do Estado em oito vezes e meia, da sua história. Quando ele assumiu, tinha um bilhão e 400. Hoje, são oito vezes e meia a mais que o paranaense tem de dívida. O governo vendeu 111 bilhões de ações da Copel e vendeu antes da lei ser aprovada, aqui, pela Assembléia Legislativa. Portanto cometeu uma improbidade administrativa, porque entregou ações sem autorização. Após a autorização é que foi legalizado um ato executado antes.

O governo também vendeu parte da Sanepar; antecipou os royalties de Itaipu; vendeu o Banestado, e deixou uma dívida de quatro bilhões e 25 milhões, a serem pagos em 30 anos.

Deputado Durval Amaral, tem o mérito o governo na questão das montadoras. Não sei se o saldo será positivo em termos econômicos para o Estado. Mas efetivamente, o Estado tem hoje um setor automotivo que não possuía antes.

Agora, também os governos passam e a população cresce.

Então, se nós colocarmos, como disse o deputado Fernando Ribas Carli, ontem, "olha, o governo tal investiu "x"; este, investiu "y", é evidente, aumentou também

a arrecadação do Estado, porque cresceu a industrialização, cresceu em população. Há 10 anos atrás nós tínhamos infinitamente menos indústrias e menos população em todo o país.

Aliás, se formos verificar a história, há 100 anos atrás nós tínhamos infinitamente menos produção que temos hoje. Hoje temos industrialização, temos produção que antes não tínhamos, principalmente na indústria.

Então, quero dizer, deputado Durval, que há méritos, evidente. Todos os governos deixam a sua marca. Agora, na questão econômico-financeira, o governo Lerner efetivamente nos deixou uma marca, um legado que com certeza vai nos levar a um grande embate para os próximos 10 anos, no mínimo.

O SR. DURVAL AMARAL

Só para esclarecer ao nobre deputado Neivo Beraldin que efetivamente a lei que autorizou pela primeira vez a venda de ações da Empresa Paranaense de Energia Elétrica é de 1993, lei no governo Requião.

Eu não estava na Assembléia Legislativa naquele momento; era secretário de Estado e não votei essa lei. Se estivesse, teria votado com toda a tranquilidade, pois em 1998, não só o senhor, mas muitos deputados votaram à privatização, autorizando a privatização da Copel.

Com relação ao endividamento do Banestado, nós poderíamos retroceder no tempo e no espaço. Eu estava na Secretaria da Fazenda, então posso falar isso de cátedra que os problemas do Banestado se agravaram drasticamente, quando o Governo do Estado resolveu incorporar o Badep ao Banestado, depois se agravou mais ainda com programas muito bons, mas que custaram muito aos cofres públicos, como o “Panela Cheia” e o “Bom Emprego”, e continuam se agravando em função de inúmeras decisões administrativas equivocadas.

Mas não é isso o fundamental: o fundamental é o que atesta a Secretaria do Tesouro Nacional, que há poucos dias atrás fez um pronunciamento nesta tribuna, onde a Secretaria do Tesouro Nacional atesta que o Estado do Paraná está rigorosamente cumprindo o ajuste fiscal, em todos os seus itens, inclusive com superávits contábeis e financeiros.

Com relação à questão salarial, existe uma lei de responsabilidade fiscal, a nº 101, que diz que o Estado não pode gastar mais do que 48% da sua receita corrente líquida, e que a única maneira é industrializar, é aumentar a receita, é aumentar a riqueza do Estado do Paraná. Não obstatamente isso, tudo é muito importante, que cada paranaense tenha em mãos e principalmente os servidores públicos, o salário, o contracheque recebido no dia 1º de janeiro de 1995, e o salário recebido no dia 1º de dezembro de 2001. Comparar nominalmente os números, comparação nominal, não precisa nem fazer conta de aritmética nem de matemática. Só comparar e depois nós vamos ver que por obra e graça, talvez, do Divino Espírito Santo, os valores nominais aumentaram muito nos salários dos servidores.

Passo o aparte ao deputado Plauto e depois, na sequência, deputado Moysés.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Deputado, ouço com atenção o seu pronunciamento, e aqui eu quero me somar a ele.

Com relação a análise que o senhor faz da industrialização do Estado do Paraná, vou falar um pouquinho de Ponta Grossa e tenho como testemunha o deputado Zuk, que até dias atrás fazia parte da Base de Sustentação do Governo, e juntos estivemos por inúmeras vezes, no momento que o governador do Estado, através dos incentivos fiscais que foram dados pela Secretaria da Indústria e Comércio, pelo Governo do Estado do Paraná proporcionou a implantação de várias grandes indústrias no Estado do Paraná.

Ponta Grossa recebeu a grande indústria Macisa, uma indústria de MDF, que está gerando lá centenas de empregos e vai gerar milhões de impostos anuais para o Paraná e para a nossa cidade de Ponta Grossa.

A moderna indústria da Tetra-Pak, na nossa cidade de Ponta Grossa. Recolhendo mais de R\$2 milhões de reais de ICMS por mês, nos cofres do Governo, e também no município de Ponta Grossa.

A indústria Boulieu, fornece carpetes para a indústria automotiva, que se instalou na região Metropolitana e no interior do Estado, também.

A indústria Continental produz correias e futuramente vai produzir pneus no município de Ponta Grossa, para fornecer às montadoras.

A ampliação da indústria Sadia e várias outras indústrias no município de Ponta Grossa.

A indústria em Jaguariaíva, Placas do Paraná, uma grande indústria de MDF, a maior da América Latina.

A Cimes, lá no município de Irati e outras tantas no Estado do Paraná, em Prudentópolis, nos municípios dos Campos Gerais.

Esse é o resultado dos incentivos fiscais, sim, que o Estado deu. Lembro-me, no governo Requião a indústria Chrisley queria instalar-se em Ponta Grossa; uma grande geradora de ICMS precisava de alguns incentivos fiscais. Eles queriam sim, a postergação no pagamento de ICMS por alguns meses. O ex-governador não deu porque ele era contra aos incentivos fiscais.

O que aconteceu?

Ela deixou de instalar-se no Paraná. Foi para Feira de Santana, na Bahia. Lá, montou o seu parque industrial, produzindo cerveja e gerando impostos. Depois de alguns anos, mudou o Governo do Paraná, Jaime Lerner assume o nosso Estado e três meses depois de tomar posse deu os incentivos e hoje, está lá, na nossa cidade gerando milhões de ICMS para o nosso Estado do Paraná.

Aqui quero completar o seu discurso. Esse ICMS, essa geração de emprego que é dada, essa alta na arrecadação faz o bolo crescer, e o bolo crescendo na arrecadação, tem condição de melhorar a vida de todos os

paranaenses; do funcionalismo público, dos senhores servidores.

Enfim, de toda a riqueza do Estado do Paraná é melhor distribuída, é claro, tendo bastante para distribuir.

É dessa forma que acontece me somo, apóio e o senhor tem toda a razão da forma como está colocando.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Durval Amaral, V. Exa. é brilhante na colocação, mas estou querendo fazer algumas considerações até para não perder a oportunidade.

Primeiro: É muito comum quase sempre se joga culpa em governos anteriores, e na verdade a obrigação do administrador público é solucionar os problemas.

Os problemas, às vezes, no momento, não são aqueles que serão no futuro ou não são aqueles que já tivemos no passado.

Na questão da industrialização, acho que o Paraná teve um avanço muito grande e é inegável em citar, inclusive cumprimentando V. Exa. por esse trabalho feito em Cambé, que é a Região Metropolitana de Londrina, nossa região.

Dizer que nós vivemos um tempo diferenciado no Estado do Paraná, já tive a oportunidade de dizer isso. Londrina foi a capital mundial do café e, de repente, o café desapareceu e a cidade não vai diminuir o seu porte nem a sua necessidade.

Havia uma necessidade muito grande da gente reestruturar o real futuro, a real vocação do Norte do Estado do Paraná. Tentamos a soja e o trigo, vivemos até hoje, nesse binômio da soja e do trigo, mas com a necessidade de fazer a sua ampliação dentro da questão da industrialização.

Aqui tenho o testemunho vivo do ex-prefeito de Arapongas, o nosso companheiro Waldyr Pugliesi, que sempre incentivou a par disso o crescimento da industrialização de Arapongas, que é o interesse nosso, do Norte do Estado do Paraná.

Mas vivenciei isso como secretário da Administração em Londrina e vi por exemplo, o atual governo levar para lá indústria de porte como é o caso da Dixietoga, como é o caso da Atlas, que está fazendo elevadores e escada-rolante para toda a América Latina faz lá em Londrina. Nós estamos distantes do Porto de Paranaguá e temos inclusive dificuldades de transportar o produto para o porto.

Em 1998, quando deixei a Secretaria de Administração e Londrina, só com a Dixietoga, só com a Atlas, tive que correr na cidade para conseguir 280 novas casas e apartamentos, que incentivou e incrementou o mercado imobiliário de Londrina. A média era de uma e meia empregada doméstica para cada família que lá foi, de pessoas que tinham qualificação, que nem a Universidade

Estadual de Londrina tinha qualificação, como é o caso da Engenharia Mecânica, para atender esse pessoal, sem contar o consumo de supermercado e tantas outras coisas que ajudaram a movimentar a cidade e hoje, eu acho que a atitude de críticas por exemplo, ao governo, a Oposição faz o seu papel. Acho que faz com competência, mas alguma coisa a gente tem que dizer que é verdade.

Essa revista que V. Exa tem em mãos, que é uma revista do Rio Grande do Sul, que publica que o Paraná passou o Rio Grande do Sul, mas para nós que estamos fazendo esse trabalho, e que é motivo de muito orgulho e a gente deveria estar louvando e cantando isso em verso e prosa, porque o Paraná passou a ser o 4º da Federação e passou o grande Rio Grande do Sul, mas vejam, depois de duas administrações desastrosas do PT.

Isso tem que se falar também. O PT lá está embrulhado e o governador vai ser cassado, afastado. Começou com o lixo em São Paulo e com o “bicho” no Rio Grande do Sul.

Isso tem que ser dito, doa a quem doer e eu quero dizer a V. Exa. que o município de Londrina, apesar de todos os problemas, como o Estado, paga em dia a sua folha de pagamento, porque o município tem 12 mil funcionários e o Estado do Paraná, com todas as penas e dificuldades, paga a folha de pagamento religiosamente e eu acho que no governo você não tem só acertos e estou aqui e faço a cobrança a V. Exa.

Esse atual governo tem no seu “Calcanhar de Aquiles”, a educação. Tem que ajudar a resolver este problema. mas não são só tristezas; temos muitas alegrias a comemorar.

Quero cumprimentar V. Exa. Acho que esse tema tem que ser debatido não só da tribuna. Tem que contar no Paraná inteiro o que representa o Paraná.

Tive a oportunidade de dizer isso ao governador: “Seu governo tem erros e acertos, mas tanto o poeta como o cientista, nunca é reconhecido no seu tempo” e o Paraná haverá de ter o que vai reconhecer o grande trabalho de desenvolvimento que foi feito no Paraná, colocando o Paraná no mapa do mundo, entre um Paraná só de riqueza agrícola para ser também um Paraná de riqueza industrial, gerando emprego, pagando salário e resolvendo a justiça mais sagrada que tem, que é a justiça social, porque essa mata a fome.

Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte de V. Exa.

Concedo a palavra ao deputado Custódio da Silva.

O Sr. Custódio da Silva

Eu gostaria de cumprimentar seu depoimento e dizer que eu moro na CIC há mais de 29 anos. Militei no primeiro Partido, o MDB de guerra, onde fomos o primeiro presidente de Diretório Distrital no Brasil. Na época, eu em lembro, quando éramos incentivados a invadir os terrenos vazios, tinha uma política para que se

criasse o Distrito da Cidade Industrial de Curitiba que hoje gera 250 mil empregos diretos e indiretos e podíamos ter hoje um milhão de empregos, se não houvesse o incentivo da Oposição da época, de invadir terras industriais.

Eu era, através do Dr. Gilberto Batalha, que era Presidente da CIC em 85, ainda o nosso senador Roberto Requião era prefeito, fazia as reuniões e trazia ônibus lá do interior do Estado, incentivando a invasão e as ocupações de terras e pior, quando essas pessoas invadiam e ocupavam esses espaços, deixavam abandonados no sistema, sem nenhuma infra-estrutura, senhor deputado.

Então quero deixar aqui o meu cumprimento pela sua belíssima explanação, pelo seu depoimento nesta tarde.

No caso da industrialização do Estado do Paraná, só quem um dia ficou com a barriga vazia, quem nunca um dia passou fome não pode falar daquele que está com a barriga vazia. E na época, lembro-me que estava desempregado e faltava emprego, naquela oportunidade. E hoje o governador Jaime Lerner está preocupado com a industrialização do Paraná, porque até agora éramos reféns de São Paulo. E hoje o Paraná está sendo aberto para a industrialização.

Quero cumprimentar o seu depoimento e o do deputado Geraldo Cartário, que falava muito bem do crescimento do Paraná e da industrialização e da sua capacidade na mão desse grande governador, Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Sintetizando essa publicação, ela traz os Estados mais competitivos. Vários itens foram pesquisados. Entre eles a riqueza, o PIB, a infra-estrutura dos Estados, o saldo, a balança comercial, o saldo comercial, a dívida interna e externa, a exportação, os recursos federais aplicados nos Estados, potencial de consumo geral nos Estados, a rede de super e hiper mercados, a extensão e qualidade de rodovias, o embarque e desembarque, a telefonia, enfim vários itens foram pesquisados. E alguns chamam-me a atenção, por exemplo. Ao analisar o Estado de Pernambuco, esta conceituada publicação diz o seguinte: “O índice de mortalidade infantil, aliás baiano, por exemplo é bem maior do que o brasileiro”. O mesmo vale para Pernambuco, que é o último no quesito expectativa de vida. Comparando a expectativa de vida desses Estados com o Paraná, nós temos um índice extremamente favorável ao do Paraná, que aliás é muito inferior a expectativa de vida daquelas crianças nascidas por mil. No Paraná temos 19,43 crianças nascidas por mil, enquanto no Brasil a média geral é de 33,31.

Ao analisar a economia fluminense, a economia do Rio de Janeiro, o estudo diz o seguinte: “Está claro que há falta de empenho do governo para aumentar as exportações fluminenses”. Há clara falta de empenho do Governo do Rio de Janeiro para aumentar a exportação

daquele Estado. E coloca mais: “Segundo o economista Steven Casnas da Fundação Getúlio Vargas, demonstra que em 1985 o setor petrolífero no Rio de Janeiro era responsável por apenas 8% dos investimentos no Estado. E esse número saltou para 38% no ano passado”. Ou seja, a economia fluminense cresceu em função da bacia de Campos, que hoje todos nós sabemos é a maior produtora de petróleo, é uma riqueza natural, sem uma ação direta do governo do Estado para mudar o perfil da economia daquela Estado.

E a revista vai fazendo a sua análise. Diz que, com relação à virada do Sul: “Os Paranaenses somaram 157,4 pontos, ante 157 pontos dos Gaúchos.” E fala: “Está fazendo valer a reconhecida qualidade da sua infra-estrutura, uma credencial que faz a diferença no momento de atrair novos empreendimentos.” E continua: “A economia Paranaense recebeu 30 bilhões nos últimos 6 anos.”

E segue fazendo comparações entre o Paraná e o Rio Grande do Sul. “O Rio Grande do Sul tem 10 milhões e 100 mil habitantes, enquanto o Paraná tem 9 milhões e 500 mil habitantes. O PIB do Paraná é menor do que dos gaúchos, mas a distância vem encolhendo, de 1985 a 1998 a fatia do Paraná, no PIB brasileiro, passou de 5,9% para 6,2% enquanto a do Rio de Janeiro do Sul encolheu um pouco, de 7,9 para 7,7.

Na visão do economista, Adalberto Alves Maria, da Fundação de Economia e estatística do Rio Grande do Sul, o avanço do Paraná se deve à ampliação do seu parque industrial, que era menos expressivo há 15 anos atrás. E segue: o emblema da arrancada paranaense é o pólo automotivo de São José dos Pinhais, responsável por 22% de todos os investimentos realizados no Estado. Mas a indústria vem se diversificando, um dos segmentos em expansão é o ramo de aglomeração de madeira, citado aqui pelo deputado Plauto, com investimentos que somam 3 bilhões de dólares. O Paraná se apóia no tripé:- localização geográfica, infra-estrutura e qualidade de vida. Desses trunfos o mais visível é a infra-estrutura além da enorme oferta de energia que o Estado possui.

Concedo o aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Eu queria, na mesma linha de raciocínio, parabenizar V. Exa. por estar fazendo um discurso baseado em números, em dados concretos, não em ilações, nem sonhos e nem poesias; estamos trabalhando em cima de números e em cima deles não existe refutação.

Eu quero dizer que nós também, em Maringá esta semana, assinamos um protocolo de intenções; uma grande indústria vai se instalar lá, graças à segurança que este Governo dá aos empresários, principalmente aos empresários de outros Estados e de outros países, com relação à forma de conduzir e administrar este Estado, se preocupando com a sua infra-estrutura básica, se preocupando com os aspectos sociais e com os aspectos de segurança.

E aqui eu entro num gancho, nós ontem recebemos autorização do governador Jaime Lerner, para abertura de um edital de concorrência pública para a construção da penitenciária de sistema semi-aberto, lá em Maringá. É uma grande conquista, pois se trata de uma penitenciária que vai usar uma metodologia moderna no tratamento do apenado, fazendo com que ele trabalhe o dia todo e à noite fica recluso. Com isso vai, aos poucos, levando o cidadão para o convívio da sociedade. Será um investimento de mais de R\$2.200.000,00, uma construção de mais de 5.000 metros quadrados, o que vem deixar mais um marco na administração Jaime Lerner, que, não só no caso da agricultura como no caso do Arenito Caiuá, não só na área automotiva, o Estado o segundo pólo automotivo do País, não só em quarto lugar como o Estado mais produtivo da Federação, apesar de ter menos de 5% da sua área territorial. O Paraná é o Estado que mais investe em Educação. Só perde para São Paulo. Também no setor de Segurança, o governador Jaime Lerner deixa esta marca, é o governo que mais construiu presídios, casas de custódia e penitenciárias.

Então, são números, muitas vezes as pessoas contestam, a Oposição faz o papel dela, nós estamos mostrando dados, mostrando a realidade, estamos fazendo um balanço de um gerenciamento, competente, eficiente.

Como diz Moysés Leônidas: “Isso pode, muitas vezes, ser reconhecido, lá na frente. Mas os efeitos já estamos começando a sentir agora, porque senhoras e senhores num mundo conturbado, num planeta solitário como o nosso em que grassa guerra e há falta de paz e nós, nesses 7 anos, temos migrado para o Paraná, mais de trinta bilhões de dólares de dinheiro que vem para cá, não para especulação, mas vem para o investimento de empresários que no mundo inteiro vêm para o Paraná. Isto tem uma explicação: é um Estado que dá segurança. É um Estado que dá condições para aquele que quer investir. Saber que vai ter retorno. Não só retorno financeiro, mas um retorno de progresso, um retorno de paz e felicidade.

Isto se consegue com o quê? Com uma administração tranquila, que não persegue ninguém, que não discrimina ninguém. E eu falo isto em alto e bom tom, porque represento Maringá, onde temos o nosso prefeito do PT, que é recebido com respeito e consideração no Palácio. E o governador está mandando obras para lá, aprovando projetos, não há discriminação. Lá, o PT é recebido como se fosse do PMDB; enfim, qualquer Partido, do PSDB ou PFL.

Então, é uma declaração que vem ao encontro a deste grande pronunciamento que V. Exa. está fazendo, em cima de dados, com a Simonsen & Associados, que é um grande instituto econômico do País e que temos que ter consciência e, claro, só parabenizar o nosso governador pela grande administração que está fazendo.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Nelson Tureck

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado a V. Exa.

Vou tentar concluir, deputado Tureck e vou lhe conceder um aparte, e na seqüência, o deputado Zuk. Depois, preciso concluir.

O Sr. Nelson Tureck

Quero me somar às suas colocações e dizer que o Paraná está no caminho certo, com um projeto real, vital e consistente do governador, que é a independência deste Estado.

Só para deixar registrado: o governador, em Campo Mourão, levou a Colacreu (*sic!*) uma fábrica de adesivos de São Paulo, onde o investimento ultrapassa os oito milhões e meio de reais. E mais a fábrica de margarina, da Coamo, mais de 30 milhões de reais.

Este é um governo preocupado com o futuro deste Estado. E só assim, Durval Amaral, com a preocupação do governo, da industrialização, com a nossa independência, sair de um Estado dependente é que nós vamos chegar naquilo que todos queremos no Estado do Paraná: com uma arrecadação melhor, com melhores salários.

Mas, é preciso fazer, e o governador está fazendo. Olha Santa Catarina. Lá, teve uma mulher, uma mulher que é o maior homem de Santa Catarina, que começou com a independência do Estado, que foi Anita Garibaldi. E olha a independência!

No Paraná, temos um governador que se chama Jaime Lerner. Quero me somar às suas palavras e não poderia, de forma alguma, deixar este registro, principalmente do Governo do Paraná, preocupado com a Educação. Como as nossas escolas do interior estão bonitas! No município de Goioerê, tinha escola que há 20 anos não recebia recursos. E hoje, estão lá as escolas, com portal, com biblioteca. É isto que é o Governo do Estado do Paraná!

O SR. DURVAL AMARAL

Vou concluir, senhor presidente.

Muito obrigado pela atenção de todos os senhores deputados, mas, para concluir. Seguindo na questão da infra-estrutura: por que é que o Estado do Paraná deu este salto de qualidade? Todos sabemos da modernização que fez o governador Jaime Lerner no Porto de Paranaguá. Ainda a semana passada, junto com o Poder Público do Estado, e a iniciativa privada, inaugurava o Terminal do Félix no Porto de Antonina, num investimento de mais de oitenta milhões de dólares; no anel de integração, a conclusão da Ponte de Guaíra, a conclusão da Ponte de Camargo, enfim, obras e infra-estrutura em todo o Estado do Paraná, muitos se aproveitando daquilo que outros governadores fizeram. Mas, com certeza, potencializando com genialidade e criatividade o desenvolvimento econômico do Estado.

Para concluir, diz aqui: “O Governo do Paraná conseguiu historicamente investir uma parcela de recursos na infra-estrutura do que o governo do Rio Grande do Sul.”

Conclui o estudo: “No Rio Grande do Sul, o presidente da FIERGS, Renan Proença, defende uma estratégia de desenvolvimento econômico centrada nos investimentos, em infra-estrutura.”

Ou seja, a receita aplicada pelo governador Jaime Lerner, do Paraná, que está modificando o perfil econômico do nosso Estado, está sendo seguida e copiada, também, por outros Estados da Federação. Isto não é bom. Isto é ótimo para todos nós, brasileiros, porque quanto maior for o PIB do Estado do Paraná, quanto maior for o PIB brasileiro, maior será a nossa receita corrente líquida, nós poderemos investir mais na diminuição das desigualdades sociais que afligem todo povo brasileiro e também e especialmente do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quero registrar a presença dos vereadores de Quinta do Sol, José Luís Moreira e Valdir Fernandes. Sejam bem-vindos.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero me inscrever no Grande Expediente do dia de amanhã. Também gostaria que, no dia de amanhã V. Exa. me concedesse 44 minutos e 30 segundos, quando vou usar, também o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Durval Amaral usou o Horário do PFL.

O SR. NEREU MOURA

Eu também vou suar o Horário do PMDB e gostaria que V. Exa. concedesse 44 minutos e 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quero dizer ao deputado Nereu Moura que sempre fomos bem complacentes com todos os deputados, principalmente com V. Exa.

O SR. NEREU MOURA

Eu não estou reclamando.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. sempre faz insinuações, quando estamos na Presidência, e não vamos admitir isso. Vamos seguir rigorosamente o Regimento Interno, e o tempo será cronometrado daqui para frente para todos os parlamentares, seja de Oposição, seja de Situação, porque V. Exa. tem o costume de fazer insinuações contra a nossa pessoa.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não pode perder a compostura de presidente. Apenas fiz um alerta, não me rebelei com o tempo que V. Exa. deu para o deputado Durval Amaral.

Gostaria que V. Exa. tivesse a mesma condescendência amanhã, quando irei usar o Grande Expediente.\

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PL. PSL. PT.

(**Declinam**)

PMDB. O deputado Waldyr Pugliesi, por seis minutos. É o tempo destinado a cada liderança.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, estamos vivendo num paraíso e não estamos sabendo! Paraíso é o Paraná!

O que ouvi do pronunciamento de vários deputados da Base de Sustentação do Governo, leva-me a crer que estamos vivendo em outro Estado e não no Paraná.

Veja bem, senhor presidente, o líder do governo, quando alguém nas tribunas populares fez referência à falta de aumento salarial, ele falou o seguinte: “Mas isso é a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Estou perguntando para o governo: quando é que entrou essa Lei de Responsabilidade Fiscal? Entrou há dois anos, no ano 2000. Pois é, mas o Lerner não era governador em 99, 98, 97, 96, 95? Não era governador?

Ele teve sete anos e meio e a Lei de Responsabilidade Fiscal entrou, estou perguntando porque nós sabemos, a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma criancinha e o governo Lerner está mais velho do que o avô de Matusalém e usam o argumento da Lei de Responsabilidade Fiscal para meter o chicote nos professores, na educação, no ensino, como estão fazendo agora, inclusive.

Olha, este Paraná paradisíaco que vocês estão vendo, tem setecentos e vinte mil desempregados.

Tem um milhão e novecentos mil paranaenses vivendo abaixo da linha da miserabilidade, que é de oitenta reais.

Estamos vivendo um paraíso e os professores não sabem! Não sabem porque estão insatisfeitos. Os sindicalistas, as universidades, os jovens que querem emprego, que estão atrás do supletivo que está sendo assassinado agora, ninguém conhece este Paraná que foi descrito aqui. O Paraná está com as continhas redondas. Foram lá em Itaipu, raspam o tacho dos royalties até 2023!

Quantas mil propriedades agrícolas deste Estado desapareceram: foram fazer o quê? Um ajuntamento nas grandes propriedades. Quantas? Dez mil por ano! Há quantos anos esse governador está aí? Há sete anos! Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não impediu que os pequenos fossem engolidos pelos grandes?

Esse governo paradisíaco que temos no Paraná é um governo que não dá aumento para ninguém há quantos anos? Esse é o governo que obrigou o professor vir a pé de Ponta Grossa até aqui reivindicar a reposição salarial! E vem falar em industrialização? Quero que esse

governo, proporcionalmente, compare as realizações dele na indústria com aquilo que eu fiz num pequeno município do interior, que muitos deputados aqui conhecem. Vamos comparar? Estamos com as contas em dia. Raspamos o tacho dos royalties. Vendemos o Banestado; vendemos não sei quanto da Sanepar, não sei quanto da Copel; vendemos as estradas.

Agora, por exemplo, vamos ter uma nova Olimpíada. Sabemos que o Palácio Iguaçu está querendo botar nas Olimpíadas os jogos mundiais da Natureza, porque são uma maravilha esses jogos. Só gastaram 80 milhões....

Logicamente aqueles que dão sustentação ao governo têm que defendê-lo. A nós, cabe assimilarmos aquilo que é correto; apoiarmos aquilo que é bom, mas não podemos ter compromisso com a mentira.

Esses dados não são do PMDB. São das estatísticas que são publicadas nos jornais nacionais de grande circulação, inclusive aqui no Paraná. Toda imprensa veicula isso, um milhão e novecentos mil paranaenses vivem à margem da miséria, e todo mundo com propaganda enganosa, mentirosa que se faz e que se consome atrás dela milhões e milhões! E quando se faz aqui pedido de informação, não passa. Aliás se essa Bancada do Governo jogasse futebol e não deixasse passar as coisas, poderíamos colocar essa Bancada como defesa do Brasil: ninguém faria gol contra o Brasil, porque não passa nada, nenhum requerimento de informação.

Olha, faria uma pergunta para vocês: depois de quantos anos de ter se plantado uma árvore vem ela a frutificar? Estou dizendo isso, porque ninguém planta, por exemplo, um pé de tangerina e amanhã ela já está dando os frutos.

As multinacionais para virem para cá, primeiramente, foram analisar como era a infra-estrutura do Paraná. Ficamos doze anos no Governo, não fizemos nada! Mas como? Quem colocou a infra-estrutura aqui no Paraná? As estradas, o porto? Tudo isso que existe?

Eles vieram aqui, olharam, receberam vantagens monumentais, que não são dadas em igualdade de condições aos paranaenses, e logicamente, que vieram a escolher o Paraná.

Agora, vou dizer para vocês todos que estão aqui: com as terras que nós temos com a população que nós temos, que entende de agricultura, que sonha sim, (um deputado aí falou que eles não querem saber de sonho, de poesia), O homem sem sonho, o homem sem poesia, é árido, é estéril. A vida sem poesia não é vida.

O Sr. Nereu Moura

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Pugliesi, não existe nada a rigor, que permita comemorações no Paraná. E V.Exa. está sendo feliz no vosso pronunciamento.

Não existe nada. A Educação, a saúde, a criminalidade, a falta de segurança, a corrupção que está no seio da administração pública.

Agora, veja as matérias, deputado Pugliesi, que os jornais de hoje publicam: “Governo propõe aumento na alíquota do ICMS sobre os combustíveis, sobre telefone e sobre a energia elétrica”.

O aumento da alíquota do ICMS em produtos fundamentais para as pessoas. É o presente que o governador Jaime Lerner está dando ao povo do Paraná. Assim como ele já deu o aumento do pedágio.

Mas, não fica por aí o governador: “Paraná vai cobrar água”. Vai cobrar pelo uso da água; está aqui nos jornais do Paraná. Vão começar cobrando em Curitiba e depois, segundo a notícia, irão estender a cobrança para o Paraná inteiro.

Também tem uma outra matéria, deputado Waldyr Pugliesi: “A APP conseguiu uma liminar na Justiça impedindo o fim do ensino regular noturno. O Governador quer acabar com a educação no Paraná. Já liquidou, já aniquilou com a nossa educação e agora propõe fechar inclusive o ensino regular noturno, quer dizer, quem trabalha durante o dia, não tem o direito de estudar à noite, se quiser tem que fazer o Mobral, porque o Governo tem que fechar o ensino regular noturno.

O que é que tem para comemorar? É tudo balela, conversa fiada, deputado Waldyr Pugliesi. V. Exa. está coberto de razão. O nosso grito tem que ser de indignação, tem que ser de proteção aos desprotegidos e é o grito de V. Exa. nesta Casa, é o grito do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Waldyr Pugliesi, diante do questionamento feito pelo deputado Nereu Moura, o vosso tempo já esgotou. Mas, os oito minutos que o Durval Amaral usou a mais, poderá ser usado por V. Exa. nesse tempo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Eu louvo a atitude de V. Exa., que é salutar.

Acho que estamos no Parlamento, e a quebra dos rígidos tempos que são destinados, muitas vezes, fazem bem a todo mundo.

Logo em seguida, lhe darei um aparte, nobre deputado Cezar Silvestri.

Estava ouvindo o deputado Plauto Miró Guimarães, e ele estava me fazendo lembrar do Delfim Neto, ministro da Ditadura Militar, quando ele dizia o seguinte: “Olha, primeiro nós precisamos fazer o bolo, para depois distribuí-lo”.

Vocês professores, não vão sentir nem o “cheiro” desse bolo!

Mas não vão sentir mesmo! Estão aí há 7 meses, já fizeram o bolo, e quando vão fatiar? Eles vão fatiar para os Gulin! Já até propus aqui: o Paraná deveria apresentar um projeto de lei e dar a Copel para o Gulin. Esse grupo de empresários aí, sabe!

Olha, outra coisa: esqueceram de falar que entre as indústrias que vieram para cá, viu Nereu Moura, viu presidente Hermas Brandão, veio para cá, uma “fábrica de grampo”.

Aqueles famosos “grampos”, que não deixaram a CPI chegar em uma elucidação em relação a eles.

Tem até “fábrica de grampo” aqui no Paraná!

Mas eu quero dizer o seguinte: a democracia é isso! O Governo mostra os seus pontos positivos, mas me perdoem. Não pode ficar laborando em erro, em meias verdades, e, mentiras, como se nós, como já falei várias vezes, estivéssemos vivendo no paraíso.

Nós precisamos parar com esse tipo de coisa que não bate com a verdade.

Um Estado que mostra esse perfil tem problemas. Logicamente que aquilo que eu falei, com as terras que nós temos, algumas são as melhores do mundo, são de melhor qualidade do que terras lá de longínqua Ucrânia.

Nós temos lavradores que trouxeram a experiência, como os italianos, por exemplo, lá da Europa.

Nós tivemos um caudeamento de raças, gente de todos os quadrantes do mundo vieram para cá. Se misturaram nos sonhos, nas esperanças, não só a mistura do sangue. E nós temos os paranaenses aí, sim, trabalhadores, capazes, competentes, que são capazes de fazer uma Copel, que não precisamos continuar a luta para que ela não seja espatifada por aqueles que estão no Governo.

Concedo aparte ao deputado Cezar Silvestri!

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Waldyr Pugliesi, quero parabenizá-lo. V. Exa. tem sido um guerreiro na defesa dos interesses do povo do Paraná.

Vossa Excelência faz um alerta que realmente nos preocupa, que é com relação à questão da venda da Copel, que muitas pessoas, já considerando que a Copel não mais será vendida, acabam se acomodando, e eu tenho uma preocupação. Parece que está sendo preparado um novo golpe por parte do Governo do Estado. Está preparando para que a venda ocorra, exatamente, no período de recesso parlamentar, e no período de férias forenses. Já estão falando até em uma data, em torno de 14, 15 de janeiro, para vender a Copel.

Acho que nós todos da Oposição e o Fórum contra a venda da Copel, devemos ficar alertas.

Também falar da injustiça que vem ocorrendo. V. Exa. muito bem relatava, com relação à isenção que vem sendo dada para algumas empresas, com relação ao ICMS, e agora o Governo propõe em um final de legislatura, a toque de caixa, um aumento de tributo, que quem vai pagar na verdade é o consumidor, porque, no momento em que aumenta a energia, aumenta o ICMS da energia para a empresa, e ela acaba passando para o consumidor.

E muitas pessoas falaram: não, mas é apenas 1%. Não é 1%, não! Quando se aumenta de 17 para 18%, na verdade é 8% de aumento e isso vai ser repassado, sem

dúvida nenhuma, nos produtos para os consumidores ou através da energia ou através do combustível.

E quero aqui fazer um voto de protesto aos deputados de Oposição que criticam a secretária Alcyone Saliba. Não posso concordar com isso. Acho que a secretária Alcyone Saliba tem sido a maior cabo eleitoral da Oposição, porque ela tem feito tanta besteira, mas tanta besteira, que tem nos ajudado tanto que temos que aqui propor um voto de louvor à secretária Alcyone Saliba. Tem ajudado muito a Oposição no Estado do Paraná, porque só faz bobagem.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, agradeço o aparte do deputado Cezar Silvestri e estou finalizando.

Acho que essa discussão é salutar para todos nós. Acho que aquilo que define mesmo um político é você olhar na “cara” dele e ver que ele tem *latum*. A pior coisa é falso companheiro e eu sei que a Bancada do Governo tem sofrido muito, muitas vezes, para fazer essa defesa do Governo que muitas vezes, me perdoem, - é uma análise de quem está fora do governo - não merece ser defendido ao extremo.

Por exemplo, agora, o Cezar Silvestri levou à discussão e chamou a atenção de todos nós, porque na rua quando se vê que o ICMS, por exemplo, ele sai, como ele falou em um caso de 17 para 18, as pessoas falam: está subindo um ponto. Não! Um ponto percentual se tivesse cem. Se em cem você sobe um, você está subindo 1%. Agora, de 17 para 18 é como ele falou: são oito vezes mais. E a fórmula que sempre usam para justificar, é aquilo: não, isso não aí vai pesar no bolso de ninguém. Isso aí vai morrer aqui, nos estritos limites desse aumento! Não é assim! Tudo tem repercussão lá adiante.

Então, as coisas não são bem assim, senhor presidente, como se procura dizer. Existem no governo coisas positivas? É claro que deve existir, mas não compete a nós ficarmos no dia-a-dia elencando aquilo que está positivo. Não, nós estamos aqui para fazer aquilo que o povo nos pede, para levantar determinadas questões que não estão lhe agradando. Então eu não sei! Eles mostram um Paraná que é sinônimo de Ilha Paradisiaca quando na realidade concretamente não é assim.

E eu quero dizer àqueles que não acreditam, por exemplo, na poesia. Eu acredito na Poesia. É que tem gente que não acredita no sonho! Mas, é claro! Os Beatles estão aí. Imortais! Os sonhos, o Jonh Lenon está por aí! O Harrison! E nós vamos deixar de sonhar por quê? Por que vamos ter que demitir a poesia? Nós temos que tirar a brutalidade do neo-liberalismo fabricante de fome, de miséria e de desemprego.

Portanto, fico com o sonho, com a verdade, com a poesia. Eu não fico é com a direita e eu não fico com aqueles que expõem uma política reacionária, que não querem que o povo adiante. Esses governo, professores, não querem que o povo seja dono do seu próprio nariz. Eles não querem que o povo tenha o cérebro através da

Educação, da Instrução, do Ensino Aberto para o Mundo, que deve chegar logo mais, no Século XXI.

(Corte no som)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Infelizmente o tempo já expirou em um minuto e meio. Esse um minuto e meio também a Liderança do Governo terá de acréscimo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, eu não poderia deixar de pedir a palavra, pela ordem, para explicar à Casa que na Rua Duque de Caxias, na altura do 491, exatamente atrás no Shopping Müller, havia um bosque de pinheiros, conforme demonstra a foto. Alguns pinheiros que não deviam ter menos de 40 anos de existência. E esse bosque foi absolutamente arrasado, conforme fita que nos foi enviada por moradores daquela região, inclusive V. Exa. que reside naquele prédio.

Então, a fita demonstra o ato de vandalismo criminoso que aconteceu na rua Duque de Caxias, onde vários tratores começaram pela manhã, com vários caminhões e inúmeras pessoas, vários caminhões de toras de pinheiros saíram dali da Duque de Caxias, exatamente do lado da Prefeitura Municipal de Curitiba, embaixo das asas do Governo Lerner. Infelizmente nós estamos com um quadro absolutamente espantoso e que não poderemos tratar este ano em virtude de inúmeros temas que ainda temos que ter e votar aqui este final de ano. Mas, espero do Ministério Público uma ação rigorosa e uma manifestação pública do Prefeito de Curitiba sobre este caso.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero esclarecer que eu não fiquei entristecido de V. Exa. permitir que o deputado Durval Amaral falasse mais do que o tempo regimental, aliás até porque eu ouvi o discurso dele atentamente. E acho que se o líder do Governo for se utilizar do horário e se tivesse que passar 4, 5 minutos, eu não vejo porque não possa passar.

Então, a minha questão de ordem foi só para dizer que quando eu fosse usar a palavra no dia de amanhã, V. Exa. me desse o mesmo horário, sem que com isso eu quisesse fazer uma crítica a V. Exa. por permitir que o deputado líder do Governo, se estendesse mais do que o tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós sempre nos entendemos, deputado Nereu Moura, V. Exa. é testemunha disso. Todos os deputados, independente de Oposição ou de situação, sempre extra-

polaram o seu tempo, e a Presidência sempre tem sido bem democrática nesta questão. E como V. Exa. questionou, com toda razão, por causa disso nós excedemos 08 minutos, que já foram usados pela Liderança da Oposição e também pela Liderança do PMDB, que é o seu partido. E esse minuto e meio que foi usado além do tempo pelo deputado Waldyr Pugliesi, será também concedido à Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, se Vossa Excelência me permitir, eu gostaria de fazer aqui um registro.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. pode fazer no PTB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então, faço na Liderança do PTB, acredito que o nosso líder não vai fazer uso.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. passa a usar o horário da Liderança do PTB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu agradeço.

Fazer um registro do acontecimento do dia de ontem, quando o governador Jaime Lerner sancionou um projeto de lei de minha autoria, que teve o apoio desta Casa, da redução da alíquota de ICMS de 12% para 7% dos derivados do leite e dos derivados da soja. Nós acreditamos que com isso estamos nos equiparando a outros Estados para que a indústria dos derivados do leite possa competir com as de outros Estados e, ao mesmo tempo, aumentar a produção. Aumentando a produção, aumentando o consumo de matéria-prima, que é o leite, vai, na verdade, aumentar o preço do leite na sua origem e atender aos pequenos agricultores do Paraná.

Faço esse registro. Não o fiz no dia de ontem por falta de tempo. Mas é oportuno o registro da sanção deste projeto, porque vem atender às indústrias paranaenses, porque as indústrias paranaenses dos derivados estavam trabalhando em desvantagem com as outras indústrias do País.

Essa minha lei, na verdade, vem complementar a Lei Hermas Brandão, que também deu um grande resultado ao povo paranaense.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer e, ao mesmo tempo, agradecer aos senhores deputados que apoiaram e aprovaram este Projeto que nós apresentamos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Horário das Lideranças:

PSDB; PPS.

(Declinam)

Liderança do Governo: com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ao usar o horário da Liderança do Governo, que nos foi cedido, gentilmente, pelo líder Durval Amaral, nós voltamos a esta tribuna, para colocarmos nos seus devidos lugares os diversos assuntos que foram levantados.

Quando ontem fazíamos um pronunciamento, tivemos a felicidade de ver aqui, novamente, esse debate. É esse debate que engrandece o Parlamento. É esse debate que o povo paranaense quer assistir. Ele quer o debate de idéias, de projetos e, principalmente, o que a população do Paraná mais cobra de nós, homens públicos, é o balanço de realizações. Todos nós sabemos: quando vamos nos submeter ao voto popular, nós levamos o que conseguimos realizar, pela região onde fomos votados.

Eu, na tarde de ontem, fiz a proposição para que façamos o comparativo dos últimos governos. Rapidamente, ontem, não me ative a números específicos, mas procurei trazer aqui, para discussão, setor por setor do governo, para que nós pudéssemos avaliar, qual foi o governo que mais realizou.

Após ter concluído o meu pronunciamento, um dos deputados, não vou citar aqui, porque não me lembro qual deles que falou, que o atual governo Jaime Lerner, deputado Alborghetti, já tem sete anos de mandato e que o governo Requião teve quatro anos só.

Eu me disponho a fazer o comparativo dos sete anos do governo Jaime Lerner, com os anos do governo Requião e com os anos do governo Álvaro Dias. Não existem problemas, se for a quantidade de anos, nós fazemos esse comparativo.

Há palavras que hoje foram ditas, que existem miseráveis no Paraná - existem, nós sabemos disso. Nós, homens públicos, todos os dias estamos sendo procurados por essa parcela da população, que vive à margem do progresso e do desenvolvimento.

Queria lembrar a todos aqui, que se o Paraná nesses últimos anos vem tendo um crescimento, que é registrado nos índices oficiais do Brasil, por exemplo, da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, se o Paraná vem obtendo crescimento em todos os setores, com o crescimento do Produto Interno Bruto, de mais de 300% é natural que houve uma diminuição daqueles que estão à margem do progresso e do desenvolvimento.

Por isso, que proponho o debate. Existem miseráveis hoje, mas com certeza, antes desse crescimento, desse progresso e desse desenvolvimento do Paraná, certamente, o número de miseráveis era muito maior. Não tenham dúvidas. Não é possível que todo o processo industrial, que foi implantado no Estado como um todo, o avanço que teve a nossa agricultura, com o aumento fan-

tástico da produção, não tenha refletido na diminuição da miséria em nosso Estado.

Quanto à questão dos salários que foi ventilado, aqui - temos representantes de classes laboriais do funcionalismo público - eu gostaria de lembrar que fiz a proposição e volto a reafirmar isso, para fazermos um comparativo: pegar o contracheque ou o holerite dos funcionários públicos do Estado do Paraná, em 1994 e também o holerite ou o contracheque deste mês, por exemplo, do que terminou o mês de novembro.

Quero, aqui, não querendo corrigir qualquer um dos oradores, mas o deputado líder do Governo falou para fazer o comparativo com janeiro de 95, não, nós temos que fazer o comparativo com o mês de novembro ou dezembro de 94, porque eu quero lembrar aqui a todos os funcionários e a todos os senhores deputados que já em janeiro de 1995, o atual governo pagou já 16% a mais no salário dos funcionários, porque o governo do PMDB no último mês, em dezembro de 1994, propôs um aumento que foi aprovado por esta Casa para valer a partir de 1º de janeiro de 95, aquela história, dá o aumento e o outro paga.

Então, o atual governo já iniciou a administração pagando 16% a mais aos funcionários públicos, mas o governador Jaime Lerner ainda no mês de março de 1995, concedeu novos aumentos aos funcionários, deputado Cleiton Kielse, e o senhor é testemunha disso, principalmente na área da educação, onde o senhor acompanha *pari passu* o que acontece.

Naquele mês, março de 95, foi concedido aumento diferenciado, 25% para os professores, 15% para os policiais e 10 para o quadro geral do Estado.

Se nós fizermos um cálculo de um aumento sobre o outro nós vamos ver que representa um percentual.

Não satisfeito ainda o governador Jaime Lerner em resgatar o salário do funcionalismo público, no mês de agosto concedeu mais 10% de aumento a todos os funcionários públicos do Estado do Paraná. Se nós somarmos 16, com 25, 15 e 10 que dá uma média de 18, 18 com 16 dá 34, com mais 10 dá 44, sem calcular o que representa um aumento sobre o outro, nós vamos estar perto de 50% de aumento real.

Então não são verdadeiras as afirmações que dizem: há 7 anos não existe aumento de salário. É claro que o salário não é aquele que desejamos; queríamos que o salário fosse muito melhor, fosse maior, mas o que não pode ficar aqui é a palavra que não é verdadeira. O aumento foi dado, foi concedido, os funcionários sabem disso, é só pegar o seu contracheque e fazer o comparativo, e isso sugerimos ontem para que façamos esse comparativo.

Outra questão levantada, nobre e ilustre deputado Hermas Brandão, é que o Paraná foi vendido, o Banestado foi vendido, olha, meu Deus! Nós sabemos, o Banestado se arrastava há muito tempo com seriíssimos problemas, problemas de inadimplentes, problemas de pessoas que usavam politicamente o Banco do Estado

para fazer empréstimos e que não quitavam os seus empréstimos; problemas, quando foi extinto o Badep e foi passado toda a parte podre para o Banestado assumir, e ainda assim o Banestado chegava ao final de 94 e nós assumimos o governo em 1º de janeiro de 95 com um déficit de 700 milhões, que diariamente ia buscar estes recursos no mercado interbancário, só que eram 700 milhões de dólares, porque tínhamos o real até mais valorizado do que o dólar.

Então, o Banestado, na verdade, servia interesses que não eram os interesses do povo paranaense.

Agora, a questão dos royalties, quando se diz que gastaram o dinheiro dos royalties, não é verdade não, temos que restabelecer a verdade, senhores deputados, o dinheiro dos royalties que hoje estão na faixa de 1 bilhão e 900 milhões ou quase 2 bilhões de reais, estão depositados no Fundo de Previdência do Estado, para garantir a aposentadoria de todos os funcionários públicos. Esse dinheiro não foi gasto, este dinheiro está depositado. É uma maneira previdente de olhar o futuro, porque seria muito mais fácil o Governo receber esses recursos que anteriormente o dinheiro oriundo dos royalties vinham compor um fundo de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

O governador abdicou disso para pegar esses recursos, antecipá-los e não gastá-los, colocar como garantia do futuro dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

O governador Requião não foi previdente, os funcionários não podem esquecer isto. Ele criou e ao mesmo tempo extinguiu o Fundo de Previdência, não dando garantia aos funcionários públicos que receberiam no futuro a sua aposentadoria.

O ex-governador Requião não pensou no funcionalismo. Ele disse: “Olha, estou passando 52, 55 mil funcionários celetistas para o quadro geral do Estado, como estatutários, e os próximos governadores que resolvam o problema”.

Só, senhores funcionários públicos, hoje a folha de pagamento dos aposentados já beira os R\$100 milhões, e se os governos não forem previdentes e não olharem o futuro, não poderemos dar a garantia de que os funcionários públicos receberão as suas aposentadorias.

Queria reafirmar aqui aquela proposta que fiz, para fazermos o comparativo entre as ações dos governos, do atual e dos anteriores.

Falou-se aqui em saúde. Vamos comparar os índices que demonstram a melhoria na qualidade da saúde da população. Vamos avaliar, trazer os números, do índice de mortalidade infantil de 94 e vamos comparar com o índice de mortalidade infantil do ano 2000.

Proponho-me a fazer isso. Da mesma forma, o índice de mortalidade materno-infantil, que é um outro índice que mede a qualidade da saúde pública dos paranaenses.

Se hoje o Estado do Paraná arrecada mais, como disse o ilustre deputado Neivo Beraldin: aumentou a arrecadação.

Claro que aumentou a arrecadação, e por quê é que aumentou a arrecadação? Aumentou a arrecadação, fruto do processo de desenvolvimento que o Estado passou a experimentar a partir do projeto de industrialização, que o governador Jaime Lerner e sua equipe colocaram em ação no nosso Estado. E vai continuar crescendo cada vez mais, e o que é mais importante, os senhores que militam arduamente na Oposição, que a todo instante trazem dados, lêem relatórios - eu aprecio e os congratulo pela sua disposição, porque não são muitas as pessoas que gostam de se dedicar a números, e o senhor se dedica, deputado Neivo Beraldin, com muita propriedade.

O senhor ficará muito mais feliz, tenho certeza que o senhor estará nesta Casa, quando puder avaliar os resultados dos impostos, da arrecadação dos impostos, no momento que todo esse ICMS está represado, que foi conseguido uma dilatação de prazo, começar a entrar na caixa do Tesouro. Vai faltar zero em qualquer planilha, de tanto dinheiro que tem para entrar.

Por isso, nobre deputado Neivo Beraldin, fique tranquilo, porque os recursos para o Estado servirão para diminuímos essa pobreza que ainda existe em nosso Estado, mas que com certeza, com planejamento, no futuro não existirá.

O SR. NEIVO BERALDIN

Amanhã me comprometo a trazer um gráfico da evolução da receita e ICMS.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Amanhã V. Exa. terá oportunidade.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de dois (02), de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 290/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o financiamento de equipamento que possibilite, para portador de deficiência, a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 290/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo, por intermédio da Agência de Fomento, concederá ao portador de deficiência financiamento para aquisição de equipamento, a fim de possibilitar a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Art. 2º - A concessão do financiamento de que trata esta lei condiciona-se à comprovação da necessidade do equipamento para uso exclusivamente pessoal do interessado, por meio de parecer, com detalhamento técnico, emitido por profissional da área de reabilitação.

Art. 3º - A taxa de juros incidente sobre o valor financiado será menor do que os índices praticados pelos bancos.

Art. 4º - A quitação do financiamento será feita em parcelas mensais, conforme limites fixados em regulamento.

Parágrafo Único - O valor das parcelas será estabelecido de modo a não onerar excessivamente a renda familiar do interessado.

Art. 5º - Para usufruir do benefício desta lei, o interessado deverá apresentar na proposta de financiamento a descrição do equipamento.

§ 1º - A análise da viabilidade do financiamento será promovida por comissão composta por técnicos das Secretarias da Criança, da Saúde e do estabelecimento oficial financiador.

§ 2º - O indeferimento do pedido de financiamento não obsta o protocolo de nova proposta pelo mesmo pretendente, desde que apresentado equipamento diverso do recusado ou apresente novos fundamentos para o pedido.

Art. 6º - A renda mensal do portador de deficiência será levada em consideração para a concessão do financiamento previsto nesta lei.

Art. 7º - Para fazer face às despesas de deficiência será levada em consideração para a concessão do financiamento previsto nesta lei.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 142/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 142/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As agências e os postos bancários estabelecidos no Estado ficam obrigados a emitir documentos em braile e a instalar equipamentos de informática adequados ao atendimento dos portadores de deficiência visual.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/2001, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a utilizar as escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio, durante o período de férias escolares, para a aplicação de programas culturais e esportivos, e a instituir a "Semana da Família na Escola". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 217/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a desenvolver e executar programas de atividades esportivas e culturais, nas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio, durante os períodos de férias escolares. Essas atividades são abertas a toda a sociedade, não havendo obrigatoriedade do participante ser aluno da escola.

Art. 2º - Durante a duração do programa, as escolas devem oferecer, para a comunidade, atividade de formação que dêem às pessoas a oportunidade de desenvolver alguma habilidade: escolinha de futebol, basquete, vôlei, teatro, etc.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a “Semana da família na Escola”, como atividade nos períodos de férias escolares, quando serão realizadas programações culturais e esportivas.

Parágrafo Único - A “Semana da Família na Escola” tem por objetivo promover a integração entre pais e filhos, que não precisam, necessariamente, ser alunos de estabelecimentos de ensino. A escola servirá apenas como um local onde as atividades serão realizadas. Essa aproximação pode resultar num ambiente melhor que irá refletir no dia-a-dia da escola e da própria comunidade.

Art. 4º - A coordenação da “Semana da Família na Escola” deverá firmar parcerias com clubes de serviços e Organizações Não Governamentais para a realização da Feira da Saúde e demais atividades que prestam serviço voluntário à população.

Art. 5º - As Secretarias de Estado da Educação, de Cultura, da Criança e Assuntos da Família e a Coordenação de Esportes, em conjunto com as Secretarias Municipais e Associações de Pais e Mestres (APM) poderão estabelecer o calendário, as atividades e o conteúdo de palestras a serem apresentadas aos pais e alunos.

Art. 6º - O Estado, para o desenvolvimento das atividades poderá firmar convênio com as Associações de Pais e Mestres (APMs) com o objetivo de contratar, temporariamente, profissionais das áreas esportivas e cultural.

Art. 7º - As palestras poderão ser ministradas por voluntários convidados pelas APMs, para promover o envolvimento da comunidade com a escola e com o projeto.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a publicar os programas de que trata a presente lei,

no Diário Oficial do Estado, até um mês de antes dos períodos destinados às férias escolares.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2001, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, imóvel conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 344/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, a título de Contrato de Comodato, ao município de Curitiba, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, subdividido, denominado de Lote “A”, situado à Rua Eduardo Sprada, nº 3887, na sede daquele município, com área de terras de 35.531,00 m², contendo edificações de aproximadamente 8.042,32 m², conforme registro da Transcrição de nº 51.177, Livro nº 3-AV de Transcrição das Transmissões, do Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Art. 2º - O imóvel de trata o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para, no local, ser instalada a Fundação de Ação Social - FAS, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 2002, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Fica, ainda, o município de Curitiba, responsável pela guarda, proteção e conservação dos bens cedidos, fazendo parte desta cessão os bens móveis que permaneceram no local, estes relacionados no Termo da Cooperação Técnica publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.427, do dia 02 de fevereiro de 1999, ficando responsável também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos, sendo que o imóvel e os móveis quando de sua devolução, deverão estar em ótimas condições de conservação, sendo que o imóvel deverá ser fiscalizado pelo DECON e recebido junto aos móveis pela Coordenação do Patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pela ordem.

Estou querendo uma informação de V. Exa. sobre o Projeto 489/99 se será votado em 1ª discussão, visto que está na pauta da Sessão Extraordinária, em 2ª votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi colocado em 1ª votação. Este é da Sessão Extraordinária.

Já foi votado anteriormente, na Sessão Extraordinária de ontem, em 1ª discussão.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 346/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2001, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 (Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 346/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os §§ 4º, 5º, 6º, 7º, 11 e 12, do artigo 60, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 60 -...

§ 4º - O benefício da pensão, observando o disposto nos §§ 11 e 12 deste artigo, será pago integralmente e em partes iguais ao cônjuge ou convivente e aos filhos ou àqueles a estes equiparados.

§ 5º - Inexistindo filhos ou outros dependentes a estes equiparados, o cônjuge ou convivente receberá o benefício de forma integral.

§ 6º - Se o segurado for viúvo, ou se o cônjuge ou convivente não tiver direito à pensão, o benefício será pago integralmente aos filhos ou outros dependentes a estes equiparados, nos termos do § 1º do artigo 42.

§ 7º - Inexistindo os dependentes de que tratam os incisos I e II do artigo 42, o benefício poderá ser pago, integralmente e em partes iguais, aos dependentes inscritos pelo segundo, conforme §§ 5º a 8º do artigo 42.

...

§ 11 - O ex-cônjuge ou ex-convivente do segurado, credor de alimentos, fará jus à percepção do benefício da pensão previdenciária, caso em que, este será igual ao valor da pensão alimentícia que recebia do servidor segurado.

§ 12 - No caso do parágrafo anterior, o valor do benefício destinado aos demais dependentes, será calculado mediante o abatimento do valor dos alimentos devidos ao ex-cônjuge ou ex-convivente, dividindo-se o valor remanescente com observância do que dispõe o *caput* e o § 4º deste artigo”.

Art. 2º - Os dispositivos, adiante arrolados, da Lei nº 12.298, de 30 de setembro de 1998, passam a ter a seguinte redação:

§ 4º do artigo 32:

“§ 4º - Não estão sujeitos aos limites referidos no § 2º deste artigo os bens móveis e imóveis que acompanham as dações em pagamento efetuadas pelo Estado à Parana Previdência, em relação aos quais fica estipulado o prazo de 10 (dez) anos para o enquadramento nos citados limites”.

§§ 2º, 3º, e 4º do artigo 83:

“§ 2º - O pagamento, pelo Estado, das contribuições mensais a que se referem os incisos I e II do artigo 78 e os incisos I e II deste artigo, poderão ser efetivadas com recursos em espécie e dações em pagamento, sendo os pagamento com recursos em espécie nos seguintes percentuais mínimos mensais:

§ 3º - No caso das dações em pagamento não serem suficientes para atingir a complementação necessária prevista no parágrafo anterior, o Estado deverá complementar com recursos em espécie.

§ 4º - Na integralização do percentual a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados os valores das dações em pagamento previstas no artigo 85.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo a Parana Previdência efetuar a adequação dos benefícios previdenciários que não atendam aos dispositivos do presente diploma legal.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 470/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Caminho da Luz, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 470/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Caminho da Luz, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio entre as Secretarias de Estado da Saúde, de Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia (via Tecpar) para que o Consórcio Paraná Medicamentos passe a produzir e comercializar medicamentos a preços populares. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a emissão de declarações negativas de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a criar e a implantar o curso de licenciatura em informática na extensão de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá - UEM. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. COM PARCER FAVORÁVEL DA CECE. **Em votação.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Apesar de ter mérito, o Projeto de Lei nº 191/2001, o governo está a cada momento, a afirmar que o 3º grau já tem consumido valores enormes do Caixa do Estado, que hoje consome mais de 300 milhões. Falta estrutura, falta plano de cargos e salário no 3º grau.

Com todo o respeito, deputado Tureck, tenho tomado uma postura, tanto na CCJ como na CE de votar contrário à ampliação das despesas. Eu tomo emprestada a expressão que usou o deputado Praczyk: "Se eu tenho um edifício já condenado e está torto, não posso acrescentar mais dois pisos a ele". É o mesmo que hoje nós tentamos construir mais dois pisos na Torre de Pisa. Não teríamos sucesso.

Temos que encontrar uma forma de financiar o 3º grau que aí está para depois, então sim, ampliarmos as despesas, porque aí estaríamos contribuindo com a educação a nível de 3º grau, com qualidade.

Meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário do deputado José Maria Ferreira.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que torna obrigatória a inclusão, na rede estadual de ensino, da disciplina História do Estado do Paraná. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CE.

Sobre o referido projeto, Emenda modificativa de Plenário de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 358/2001

Fica alterado o artigo 1º e seu parágrafo 1º, do Projeto de Lei nº 358/2001, com a seguinte redação:

"Art. 1º - Torna obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes de sua identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

§ 1º - A disciplina História do Paraná deverá permanecer, como parte diversificada, no currículo, em mais de uma série ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias, baseada em bibliografia especializada."

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Nelson Garcia e Cesar Seleme.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. (Fica acrescida alínea "P" ao inciso II, do artigo 14). COM PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que obriga as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindo do uso inadequado de telefones celulares, na forma em que especifica. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJN E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 125/2000, de 20/09/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 310/2000

P A R E C E R :

De autoria da deputada Serafina Carrilho, o projeto em questão obriga as empresas revendedoras de apare-

lhos de telefonia celular a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindo do uso inadequado de telefones celulares, na forma em que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 310/2000

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas revendedoras de telefonia celular, e suas filiais, regularmente registradas na Junta Comercial, operantes no âmbito do Estado do Paraná, a divulgarem propaganda de advertência aos usuários e à população paranaense em geral, informando os riscos à saúde quando do uso inadequado de aparelhos celulares.

§ 1º - A propaganda de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser afixada obrigatoriamente em prédios públicos estaduais e nas vendas de aparelhos celulares credenciadas pelas operadoras ou não, veiculada por cartazes de dimensão compatível com a necessidade de visualização dos mesmos.

§ 2º - A propaganda de que trata o *caput* deste artigo, deverá conter dizeres de advertência, informando a forma adequada de uso de aparelhos celulares, principalmente no que tange à distância mínimas de 2,5 centímetros a antena do aparelho até a cabeça do usuário, indicando os possíveis danos à saúde, informando o uso correto para usuários portadores de marca-passos cardíacos, e as possíveis interferências que os celulares provocam em aparelhos eletrônicos, além de outras informações.

§ 3º - Compete ao Poder Executivo, através de seu órgão de defesa do consumidor, a fiscalização do cumprimento da presente lei, sendo que as sanções decorrentes do não cumprimento serão regulamentadas por ato daquele órgão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 310/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por finalidade “obrigar as

empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular, a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindo do uso inadequado de telefones celulares, na forma em que especifica.” (*sic*)

A Comissão de Constituição e Justiça instalada a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontrou que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, por unanimidade de votos aprovado o relatório do relator, deputado Algaci Tulio.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre as questões de fundo, ou seja, o mérito, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a inutilização de lotes de medicamentos. **COM PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 170/2000, de 28/11/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 401/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo dispor sobre inutilização de lotes de medicamentos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 401/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Luiz Accorsi, o presente plano de lei dispõe sobre inutilização de lotes de medicamentos.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública entende que a presente proposição visa controlar o procedimento de inutilização de lotes de medicamentos de vencimento de prazo de validade ou de qualquer determinante que os inviabilizem para consumo.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável do Projeto de Lei n 401/2000.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães aos infratores de leis ambientais no Estado do Paraná, acrescenta-se a obrigatoriedade de comparecimento a palestras sobre a importância da preservação do meio ambiente. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, e CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 183/2000, de 11.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 427/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, visa aos infratores de leis ambientais no Estado do Paraná, acrescentar-se a obrigatoriedade de comparecimento a palestras sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 427/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo acrescentar, além das penalidades previstas pela legislação em vigor, a obrigatoriedade de comparecimento às palestras sobre a importância da preservação do meio ambiente, aos infratores de qualquer lei no Estado do Paraná, que visa a proteção do meio ambiente.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação por esta Casa de Leis. Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2000.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que determina aos motéis e hotéis, no âmbito do Estado do Paraná, a manutenção de preservativos para uso por seus hóspedes, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2001, de 09.04.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 111/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 111/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, determina aos motéis e hotéis, no âmbito do Estado do Paraná, a manutenção de preservativos para uso por seus hóspedes e dá outras providências.

O projeto de lei está de acordo com o artigo 196 da Constituição Federal que explica que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos.

O parecer da Coordenadoria de Assessoramento Jurídico Legislativo, CATL, teme que futuramente o projeto de lei seja considerado como intervenção indevida do Estado na atividade privada. Tal consideração não merece guarida, tendo em vista que os estabelecimentos não deverão arcar com o custo dos preservativos a serem usados por seus clientes, a lei dispõe apenas que tais estabelecimentos deverão dispor de camisinhas para a aquisição por parte de seus clientes, pelo que, não há interferência na atividade privada.

Pelo exposto, não havendo óbices de natureza constitucional ou legal, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 111/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, determina aos motéis e hotéis, no âmbito do Estado do Paraná, a manutenção de preservativos para uso por seus hóspedes, e dá outras providências.

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Saúde, de acordo com o que preceitua parágrafo 10 do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar

que o plano de lei em referência reveste-se de cunho altamente significativo.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. (Publ. no DA nº 034/2001, de 09.04.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 117/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Plauto Miró Guimarães, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, e sendo a mesma de caráter autorizatório, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 117/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sobre a referida matéria, já podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar que a medida é justa e objetiva atender ao clamor que há muito tempo a população de Ponta Grossa busca, como bem disse o autor na justificativa da matéria.

Sendo assim, nosso parecer é favorável pela apreciação em Plenário do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 117/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 117/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Acho que a brincadeira com a consciência do Paraná aqui está estampada, nobre deputado Durval Amaral, Líder do Governo e nosso amigo. O deputado Plauto Miró Guimarães apresenta um projeto de lei para implantação do Curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa, na nossa Universidade, curso esse que já foi criado em 1968, pelo Conselho Universitário. O curso já existe, não precisa de projeto nenhum para a sua criação. O que precisa é, realmente de dinheiro para a implantação do curso.

Acho que o que querem é fazer alguma divulgação indevida. O deputado Plauto, acho que está mal informado. Em contato agora à tarde com a Universidade de Ponta Grossa, informou-nos aquela instituição que o curso já está criado, que o governador Jaime Lerner se tivesse vontade e palavra de que o curso será implantado em Ponta Grossa, ele teria inserido no orçamento de 2002 a quantia suficiente para os laboratórios, para o Hospital Universitário, para a contratação dos 30 professores que é a necessidade premente para que o curso seja implantado. Ele já teria oferecido a este Plenário, deputado José Maria Ferreira, que se posiciona em uma condição pela qual nós realmente aplaudimos.

As instituições de Maringá, de Londrina, Unioeste, estão em greve, porque não existe numerário para a funcionalidade dos cursos já existentes naquelas instituições. Quando esta Casa aprova a estadualização de outros cursos no Paraná, nós verificamos que alguma coisa aqui, deputado Plauto Miró Guimarães, terá que realmente ser corrigida no curso do andamento neste Parlamento, para que não estejamos fazendo coisas erradas, deputado Ademir Traiano, para no dia de amanhã nós sermos cobrados.

Por isso mesmo não sendo contra o projeto do ilustre colega, deputado Plauto, estamos entrando com emendas, para que este projeto seja transformado naquilo que

é necessário para a implantação do curso de medicina, que é realmente o que está transcrito nas emendas, que fará com que, na volta à CCJ, seja transformado em um substitutivo, tirando aquela nomeação oficial da criação do curso de medicina.

Acredito que o deputado Basílio Zanusso, homem íntegro que conhece a funcionabilidade deste Poder, não por uma, nem por duas, mas por 8 Legislaturas, que ele aqui se encontra, sabe perfeitamente bem que não pode um projeto criar uma coisa que já existe.

Em 1968 o Conselho Universitário de Ponta Grossa criou o curso, mas não teve o amparo dos governadores que vieram depois de 68, à sua implantação. E agora, quando o deputado Plauto, que é da Base do Governo, vem aqui com um projeto para a criação do curso, é brincadeira!

Estamos aqui com as emendas, deputado Nereu Moura, oficializando.

O SR. NEREU MOURA

O curso já existe ou vamos criar outro curso?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Nós estamos oferecendo aqui instrumentos para que o deputado Basílio Zanusso e a CCJ transformem o teor deste projeto na implantação, onde oferecemos a contratação, através das leis vigentes, de professores, a implantação de tudo aquilo que é necessário para a funcionalidade do curso e não palavras e principalmente atos que na imprensa podem ser transcritos e que não são os verdadeiros. O curso precisa de implantação e não de criação, o curso já existe, o que falta é recurso! E aqui está a transformação daquilo que realmente nós queremos, na nossa cidade, que seja a implantação do curso de medicina. Não seria, não poderia e não estaríamos, nessa oportunidade fazendo com que alguma coisa seja enganosa, primeiro uma palavra do governador, que não cumpre, porque se ele quisesse a implantação do curso, estaria dotando, no orçamento do ano de 2002, a plenitude da implantação do curso. Não existe isso, não tem!

Então agora quando vemos a intenção, até boa, do deputado Plauto, para implantação do curso que nós somamos, queremos meios e recursos através daquilo que vamos transformar esse seu projeto, essa sua idéia, que é uma idéia de todos os pontagrossenses, de toda região do Paraná.

Aproveito, senhor presidente, para dizer que votamos, naquela oportunidade, no governador Jaime Lerner, o governador que traiu o PDT, partido que o fez governador, o governador que traiu o povo do Paraná, principalmente os professores que o elegeram, o governador que hoje em números diz que o Paraná vai muito bem, mas o povo, aqui está demonstrando, nos 9% que foram consultados. Tivesse ele a felicidade de acompanhar a maioria da vontade do povo do Paraná, nós teríamos a sustentação, acredito, daquelas posições que aqui estão sendo estampadas. Quero a V. Exa. deputado Hermas Brandão,

encaminhar meu voto favorável, e amanhã quando retornar, em 2ª discussão, mesmo não concordando com o teor, porque não existe criação de curso, estão aqui as Emendas para transformar em implantação do curso que foi criado em 1968.

Quero, nesta oportunidade, reverenciar, nesta minha fala, o deputado David Federmann, que honrosamente representou a nossa cidade e que aqui brigou, sendo médico, pela implantação do curso de medicina, e agora nós estamos dando mostras da representação política da nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, senhores deputados.

A nossa cidade de Ponta Grossa tem, desde a fundação de Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 1968, pelo então governador Paulo Pimentel, que a criou e ao mesmo tempo, criou o curso de medicina. Por esta Casa, senhor presidente e no Palácio Iguaçu, inúmeros governadores não levantaram a bandeira definitiva para implantação do curso de medicina que foi criado em 68, na UEPG!

Tive a audácia, tive a coragem que muitos não tiveram de cruzar a rua ir até o governador do Estado reivindicar o sonho de uma região, a vontade de uma cidade, a vontade dos professores da nossa Universidade. Tivemos um sim no orçamento do Estado que está sendo analisado nesta Casa. Temos inserido nele R\$5.000.000,00 para a implantação do hospital universitário. E outras ações estão sendo feitas, para poder viabilizar o montante total que é necessário neste próximo ano, para que o sonho da cidade se torne realidade.

Senhor presidente e senhores deputados: que fique claro no dia de hoje, o governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, teve a coragem que muitos não tiveram no passado. E estou tendo a coragem que muitos não tiveram nesta Casa, no decorrer desses trinta anos. E tenho certeza, senhor presidente e senhores deputados e nobre deputado Luiz Carlos Zuk, meu companheiro e amigo, do município de Ponta Grossa, quero deixar claro: para alcançarmos um objetivo, temos que puxar juntos, todos para o mesmo lado. E não puxar para um lado, para poder resolver e outro, nos incursos, tenta atrapalhar.

Tenham a certeza, senhores deputados, senhor presidente e deputado Luiz Carlos Zuk: em julho deste próximo ano, estaremos na Universidade Estadual de Ponta Grossa vendo o primeiro vestibular de Medicina. E Deus queira que filhos nossos, tanto meus quanto seus, possam formar-se médicos na nossa cidade, prestigiando nossa universidade, na nossa região.

Obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para justificar o voto, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Quero agradecer ao deputado Plauto, porque realmente nos somamos para o mesmo lado. Mas, o lado da verdade. O governador faltou com a verdade. Os cinco milhões não dão condições de funcionabilidade do curso. Há necessidade destas emendas que aqui estão. E o deputado Plauto vai tomar conhecimento, da parte técnica de implantação do curso de medicina, através do conselho universitário. Há necessidade da contratação daquilo que não existe, que é o corpo de funcionabilidade da faculdade de medicina.

Mas, quero dizer que a nossa parte não é discurso. A nossa parte é a realidade que aqui está sendo estampada. Quero alertar ao deputado Plauto que o meu menino, que é um pouco mais da idade do dele, já está na Universidade Estadual de Ponta Grossa, fazendo agronomia. E à noite, ele faz direito. Se no dia de amanhã, depois destes dois cursos, ele quiser fazer medicina e acompanhar o menino do Plauto, com muita satisfação será o seu terceiro curso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispensa o município de apresentar Certidão Negativa de Débito CND - expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para a celebração de convênio com o Estado, administração direta ou indireta. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2001, de 10.04.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 120/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispensa o município de apresentar Certidão Negativa de Débito expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social quando da celebração de convênio com o Estado através da administração direta ou indireta.

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, todavia deve sofrer emenda corretiva para constar a denominação correta do INSS.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 120/2001

A súmula do Projeto de Lei nº 120/2001 deverá passar a ter a seguinte redação:

“Dispensa o município de apresentar Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para celebração de convênio com a administração direta ou indireta do Estado do Paraná.”

O artigo 1º do referido projeto passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Para celebração de convênio com a administração direta ou indireta do Estado, não será exigida do município a apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.”

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Moysés Leônidas, Orlando Pessuti e Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 120/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, objetiva dispensar os municípios da apresentação da Certidão Negativa de Débito expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, quando da celebração de convênio com o Estado, através da administração direta ou indireta.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças entende que a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND, representa um obstáculo para a celebração de convênios entre o Estado e os municípios paranaenses.

Vale salientar que os municípios necessitam dos recursos proporcionados pelos convênios para a prestação de serviços públicos.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 120/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para ficar mais “maneira” a discussão aqui, tenho a satisfação - e peço a V. Exa. que determine o registro nos Anais desta Casa - a presença nas galerias, do ex-prefeito de Assaí, Yoshinori Fukuda e da Dra. Andréa Barnabé Furlan, procuradora jurídica do município e do vereador Luís Vicente, também daquele município. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais da Casa a visita das ilustres presenças.

ITEM 18

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão dos Lotes de Terras 41-B e 45-E, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de conjunto de moradias populares. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2001, de 23/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão dos Lotes de Terras 41-B e 45-E, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de conjunto de moradias populares.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela por possuir caráter autorizatório, atende aos dispositivos legais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente.

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 205/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão dos Lotes de Terras 41-B e 45-E de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para a construção de conjuntos de moradias populares.

Fundamentação

Conforme podemos observar, já constatamos a existência do pronunciamento favorável da douda Comis-

são de Constituição e Justiça. Chamada a opinar esta Comissão entende, com a aprovação do presente projeto de lei, o município de Engenheiro Beltrão poderá atender satisfatoriamente a grande demanda da carência habitacional popular da região.

Conclusão

Desta forma, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 19

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório a apresentação de passivo ambiental, pelas empresas que necessitam de licença ambiental. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. (Publ. no DA nº 081/2001, de 12/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade tornar obrigatório a apresentação do passivo ambiental, pelas empresas que necessitam de licença ambiental.

O presente plano foi elaborado de acordo com as normas de técnica legislativa usuais deste Poder. Na esfera da constitucionalidade que cabe a esta douda Comissão de Constituição e Justiça analisar, não encontramos qualquer vício que possa impedir sua normal tramitação, pelo contrário, vem ratificar o que preceitua o artigo 207, parágrafo 2º, inciso VII da Constituição Estadual.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente.

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 238/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 238/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, torna obrigatório a apresentação de Passivo Ambiental, pelas empresas que necessitam de Licença Ambiental.

Por considerar que a iniciativa em muito contribuirá na preservação e recuperação do meio ambiente e, à luz do exemplo citado pelo autor na justificativa do projeto, somos de parecer favorável e opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão, por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 238/2001.

ITEM 20

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2001, que autoriza o Poder Executivo permutar área de sua propriedade, no município de Cidade Gaúcha, com outra área do mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 609/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar área de sua propriedade, medindo 700,00m2 (setecentos metros quadrados) constituída pelo lote urbano nº 09, da quadra 156, da Planta Oficial da sede do município de Cidade Gaúcha, constante da matrícula nº 15.963, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha, pela área de 860,00m2 (oitocentos e sessenta metros quadrados), constituída pelos lotes urbanos nºs 02 e 06-A, da quadra 206, da Planta Oficial da sede do referido município, objeto da matrícula nº 16.544, do mesmo Cartório de Registro de Imóvel.

Art. 2º - O imóvel que o Estado receber na permuta de que trata esta lei será destinado à moradia de juízes da Comarca de Cidade Gaúcha.

Art. 3º - A permuta de que trata esta lei será precedida de avaliação e demais procedimentos legais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.11.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 609/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo permutar área de sua propriedade no município de Cidade Gaúcha, com outra área do mesmo município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4163, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Qual o requerimento que V. Exa. está encaminhando?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Que foi aprovado?

O SR. NEREU MOURA

Não. Não foi aprovado. Vou pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agora, do deputado Durval Amaral, regime de urgência para a tramitação do projeto de Lei nº 02/2001, oriundo da Mensagem 03/2001, que institui sistema de assistência à saúde aos servidores públicos, civis e militares, ativos e inativos, e aos seus dependentes.

O SR. NEREU MOURA (**Para encaminhar**)

Esse projeto de lei não precisa de aprovação em regime de urgência.

Conversarei com o deputado Durval Amaral...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer um apelo ao deputado Durval Amaral: vou incluir na pauta da Sessão de segunda-feira.

O SR. NEREU MOURA

Nós iremos apreciá-lo e discuti-lo sem a necessidade do regime de urgência.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, é a 4ª vez que nós tentamos aprovar o regime de urgência, mas na Assembléia Legislativa não pode ser de outra maneira, nós temos a arte do diálogo, da negociação. Se V. Exa. anuncia já antecipadamente que vai constar da Ordem do Dia de segunda-feira, lógico, prevalece a razão; eu retiro o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado o regime de urgência e incluído na pauta de segunda-feira, idêntico ao Projeto nº 661/2001 das alíquotas de ICMS.

Requerimento nº 4164, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, antes que nós possamos encaminhar, só para ter certeza, o 661 refere-se ao projeto de aumento de ICMS?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Alíquotas de ICMS.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu quero não só recomendar à nossa bancada, mas a todos os parlamentares desta Casa que não venhamos a cometer esta irresponsabilidade, com todo o respeito à palavra irresponsabilidade, neste momento.

Veja bem, senhor presidente, no final do ano passado, em dois projetos de lei do deputado Geraldo Cartário, nós instituímos aqui no Estado do Paraná o fundo de Conservação de rodovias e o seu respectivo conselho.

O que previa naquela oportunidade o projeto de lei do deputado Cartário?

Que nós retiraríamos dois centavos do ICMS recolhido a cada litro de óleo diesel e um centavo a cada litro recolhido de gasolina, para constituir o fundo de Conservação das rodovias. Foi sem sombra de dúvida um benefício que esta Casa aprovou ao setor produtivo ao setor dos transportes, para que pudesse o Secretário de Estado, o DR, recuperar as rodovias do Estado do Paraná.

Posteriormente, senhor presidente, de autoria de V. Exa. nós aprovamos, o governador sancionou o projeto de lei que se transformou na Lei Brandão, que estipula uma série de ajustes tributários, de benefícios na área de ICMS, no setor da carne.

Ainda há pouco, o deputado Rossoni falou aqui a respeito na sanção no dia de ontem da lei oriunda de projeto de autoria do deputado que foi por nós, também, relatado nesta Casa, que também promove ajustes e institui benefícios ao setor de leite, dos produtos lácteos em geral também, para o setor óleos vegetais, maioneses, cremes vegetais, que, por que não dizer, o setor industrial e do setor comercial?

Nós votamos aqui na Sessão de ontem, de hoje, projetos de V. Exa. que diz respeito a benefícios para o couro, para o setor moveleiro, do deputado Seleme, se não me falha a memória ou do deputado Geraldo Cartário, nós temos projeto beneficiando com redução de ICMS para areia usada na construção civil.

E o que nós estamos vendo, enquanto a Assembleia Legislativa ouvindo os setores produtivos, a indústria, o comércio, o agronegócio, a Assembleia institui benefícios para todos esses segmentos, vem o governador Jaime Lerner e submete a esta Casa, no apagar das luzes do período legislativo, na penúltima semana, para ser votado na última semana, nos últimos dias, submete à deliberação desta Casa um projeto de lei que propõe aumentar a alíquota do ICMS.

Quem paga 12 vai pagar 13; quem paga 17 vai pagar 18; quem paga 25 vai pagar 26; O aumento não é um aumento apenas linear de 1%. Um por cento de 100. Esse 1% significa muito mais enquanto carga tributária que está se colocando em cima do setor produtivo e do setor prestador de serviço.

Tudo aquilo que o governador deu com a mão direita ele retira com a mão esquerda. Aquilo que falou sentado, não sustentou de pé.

Esta Casa não pode, com todo respeito, brincar que está aprovando leis em benefício do setor produtivo e, no dia seguinte aprova uma outra lei tirando esses benefícios. Já não basta o aumento do IPVA? Já não basta o aumento dos buracos nas rodovias? Já não basta o aumento do pedágio? Agora vem o governador aumentar o ICMS em cima do setor produtivo!

Não concordo com esse projeto. E muito mais, que esse projeto não seja votado sem que tenhamos uma discussão mais aberta com o setor produtivo e prestador de serviço.

V. Exa. tem sido aberto ao diálogo para todos os setores desta Casa. Na minha opinião, nós que fomos abertos ao diálogo, conversamos com todos para eles concederem os benefícios, alguns dos quais propostos por V. Exa., não poderíamos neste momento, sob pena de estarmos negando o nosso próprio discurso a nossa própria atitude ao longo deste ano, votarmos de afogadilho um projeto que vai penalizar o setor produtivo e prestador de serviço.

Por esta razão encaminho contrário esse regime de urgência. Antes, faria um apelo ao deputado Durval Amaral, que não votássemos o regime de urgência hoje, porque estaríamos negando tudo, inclusive aquilo que V. Exa. propôs e que aprovamos, que foram os benefícios na área da informática, na área das lâminas de erro para se utilizar, de aço, melhor dizendo, na indústria automobilística.

Tudo aquilo que V. Exa. também propôs, estará indo por água abaixo.

Voto contrário o regime de urgência.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

O deputado Orlando Pessuti foi muito feliz em seu início de pronunciamento, pois lembrou com extrema propriedade o Funcor.

Pela maioria absoluta votávamos aqui o Funcor no final do ano passado, aumentando, ou dando 2 centavos a mais na gasolina e 1 centavo a mais no óleo diesel para compor o Funcor.

Existia um vício de origem mortal a esse projeto, que era a vinculação constitucional. Tributo não pode ser vinculado constitucionalmente, exceto aquelas vinculações expressamente previstas na própria Constituição Federal.

Pois bem, o governo do Estado nesse momento, para cumprir demandas idênticas a esta, de recuperação de estradas, não quer mais 2 centavos que foi mensagem de autoria do deputado Geraldo Cartário, onde se pretendia 2 centavos para a gasolina.

O governo está se contentando com 0,0191 centavos, menos de dois centavos.

No diesel, que pretendia um centavo, o governo do Estado está dizendo: me basta 0,0084 centavos.

Olha, se é para ter coerência, vamos ter em todos os pontos.

Esses incentivos que nós mesmos defendemos e que isentamos a cesta básica de tributação neste Estado, aonde os nossos produtores de frango não pagam mais ICMS, aonde os produtores de leite não pagam mais ICMS, onde os produtores os produtores não pagam mais ICMS; aonde quem compra o pãozinho não paga mais ICMS; custou aos cofres do Estado do Paraná, estimativas de receita, perdas de receita de sessenta milhões de reais!

Agora, por quê o Governo fez isso? Para incentivar a nossa agroindústria; para beneficiar o trabalhador; para beneficiar aquele que consome a cesta básica. Nós, parlamentares, queríamos o ano passado e fizemos isso, dar dois centavos a mais no Funcor na gasolina; um centavo a mais no Funcor no óleo diesel, para recuperar as rodovias do Estado do Paraná.

Não conseguiu se implantar pelas vinculações condicionais. O Estado quer muito menos do que nós mesmos parlamentares aqui já autorizamos. Claro, vai ter sempre aquele que vai dizer: “não, eu não votei a favor disso o ano passado”, pela conveniência, que entendemos também é o jogo da Situação e o jogo da Oposição. Mas, olha, vamos ter muita cautela na condução dessa questão. O Estado está se equiparando a alguns outros Estados da Federação, alíquotas que em outros Estados, como no caso o óleo diesel, cobram 18%, 17% de ICMS.

O Estado pretende apenas mais um ponto percentual, chegando a 13%, razão pela qual, vamos insistir na votação deste regime de urgência, senhor presidente.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Votarei contra o regime de urgência e discordo totalmente das argumentações feitas pelo líder do Governo, deputado Durval Amaral.

Acho que houveram alguns avanços, e na grande maioria das vezes, propostos por esta Casa. Lembro bem o projeto de iniciativa do deputado Hermas Brandão, deputado Valdir Rossoni, diversos outros deputados e eu mesmo sou autor de um projeto que se transformou em lei, que isentou de ICMS o acréscimo financeiro das vendas à prazo. Todos nós temos a consciência clara, de que o setor produtivo não agüenta mais a altíssima carga tributária que lhe pesa, hoje, principalmente, o setor de comunicações, que já tem 25%, é a maior carga tributária do mundo, não existe em nenhum país do mundo uma carga tributária tão elevada.

E dizer, que apenas 1%, deputado Durval Amaral, não é verdade. Quando aumentamos de 17 para 18, estamos aumentando em torno de 8%, como o cálculo do ICMS é feito por dentro, é maior ainda o percentual. Então, não é apenas 1%.

E, quero aqui, fazer um apelo aos deputados da Oposição e a todos os deputados que defendem o setor produtivo de forma geral, porque no momento que se

aumenta energia elétrica, logicamente, isso passará para o consumidor final. As empresas passarão para o consumidor final.

No momento que se aumenta o ICMS do combustível, refletirá diretamente no frete, onerando ainda mais a produção que já está onerada com o pedágio e diversos outros tributos.

Temos, realmente, o dever de nos posicionar contra. Quero fazer um apelo aqui, a todos os deputados da Oposição, que façamos uma reunião logo após a Sessão Plenária, convidando também os deputados da base que tem preocupação com o setor produtivo, para que convoquemos todas as entidades representativas do setor produtivo para que se manifestem e venham aqui conosco, fazer uma grande manifestação na semana que vem.

A Associação Comercial, a Federação da Agricultura, a Federação da Indústria, porque todos eles, em todos os momentos, dizem que não agüentam mais a carga tributária que lhes pesa sobre os ombros.

Então, agora é o momento de fazer uma grande manifestação. Convoco os deputados que façamos uma reunião com a Federação dos Transportes e todas as entidades produtivas do Estado do Paraná, para que estejam aqui na semana que vem, conosco, para fazer uma reunião junto com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão, para que tire da cabeça do Governo mais esse absurdo que é um aumento de tributo para todos nós paranaenses.

Não são apenas três setores não, somos nove milhões e meio de consumidores que pagarão esse aumento de tributo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, ouvindo as colocações do deputado Durval Amaral, quando ele disse que não foi implantado quando da instituição do Funcor, aquela pequena correção do projeto do deputado Geraldo Cartário, não foi bem assim.

O que aconteceu, até por resgate, o deputado Geraldo Cartário não tinha, segundo o que me alegou, inclusive, que uma Emenda foi minha, corrigindo a distorção, o deputado Geraldo Cartário não tinha o interesse de ampliar arrecadação, mas sim, de fazer o desconto direto da distribuidora para o Funcor, para que não passasse o dinheiro pelo caixa do Estado, segundo a justificativa e que não estaria aumentando nada.

Foi naquele momento, que apresentamos uma Emenda em que corrigimos aquilo que o deputado Durval Amaral chamou, que era a vinculação, e hoje, observamos que o Governo procura buscar, capacitar o Funcor, via ampliação de mais 1% nesses 5 itens importantes.

Portanto, não tem por que olharmos os outros Estados e entendermos que lá é mais caro e então, mirando os outros Estados, ampliar a nossa taxação sobre o contribuinte.

Ora, se somos esse “Estado maravilha”, se somos esse “Estado paraíso”, que é até colocado pelo deputado

Durval Amaral, e contraposto pelo deputado Waldyr Pugliesi, não tem por que, neste momento, ampliarmos ainda mais a carga tributária sobre o nosso setor produtivo.

Portanto, entendemos que, além do regime de urgência, também o governo precisa fazer uma grande discussão com a sociedade, para rever essa condição.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Quem encaminhou, será contado como presença.

O SR. NEREU MOURA

Mas tem que fazer chamada nominal então, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quem encaminhou, o Regimento determina isso. Quem encaminhou conta como presente.

Estava em processo de votação.

O Regimento Interno determina isso, nobre deputado.

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal, vou pedir agora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Artigo 166, parágrafo 2º: “É vedado a qualquer deputado retirar-se do recinto no momento a ser votada a resolução ou parte da mesma. E caso haja votado, colocar na verificação correspondente”.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado!

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita verificação de votação.

Será constado o voto daqueles que encaminharam: deputados Orlando Pessuti, Cezar Silvestri e José Maria Ferreira, que está presente.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, gostaria de ver qual o artigo do Regimento que disciplina essa matéria. V. Exa. poderia me dizer?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acabei de ler para V. Exa. artigo 166, parágrafo 2º.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

25 (vinte e cinco) senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Está aprovado, porque tem o deputado José Maria, tem o deputado Hermas Brandão, o deputado Valdir Rossoni na Mesa.

Tem a presença do deputado Orlando Pessuti e do deputado Cezar Silvestri.

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 4193, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **A Mesa deixa de receber.**

Devolvo ao mesmo para preencher os requisitos exigidos pelo Regimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Gostaria de saber qual é o artigo que determina que um deputado quando encaminha a votação ele deve ser computado como presente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É matéria vencida, nobre deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas não é só essa questão de matéria vencida.

Eu sei que é matéria vencida!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. terá a resposta no devido momento, quando ocorrer outro episódio idêntico.

O SR. NEIVO BERARDIN

Aguardarei com toda a tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 4177, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está suspensa a Sessão por três minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Retornamos à Sessão e há solicitação de dispensa da chamada nominal.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)
Senhor presidente, eu só queria fazer uma constatação de como as coisas não devem acontecer erradas. Em uma Sessão anterior, um membro da Mesa saiu da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Mas foi suspensa.

O SR. NEREU MOURA
Perfeito. E aí abriu um precedente gravíssimo para esta Casa e que nós iremos nos utilizar em todos os momentos que pudermos, porque como nunca havia ocorrido na história da Assembléia, de um membro da Mesa sair da Mesa, derrubando a Sessão. Desta forma, não foi a Oposição que criou esse precedente gravíssimo para esta Casa, mas que criado, nós, da Oposição, iremos nos utilizar dele.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Fica registrado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)
Senhor presidente, quero me solidarizar ao deputado José Maria Ferreira. Tenho certeza que ele não fez isso, em hipótese alguma, pensando em fazer alguma manobra regimental.
Tenha a minha solidariedade, senhor deputado José Maria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Requerimento nº 4167, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.
Requerimento nº 4168, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4172 a 4174, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4175, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4176 e 4178, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4179 a 4183, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4185, 4195 e 4196, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4187, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4188, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4192, de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4194, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 4202, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 310, 401, 427/2000, 111, 117, 120, 205 e 609/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 413, 045, 068, 072, 098, 289, 321, 503, 583, 614 e 616/2001.

Levanta-se a Sessão.